

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

MARIA CLÁUDIA BUENO AYRES

**DESAFIOS DO PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
NO UNIVERSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DENTRO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

**Ouro Preto
2017**

MARIA CLAUDIA BUENO AYRES

**DESAFIOS DO PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
NO UNIVERSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DENTRO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Serviço Social.

Orientador: Prof^ª. Msc^a Alessandra Ribeiro de Souza.

Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
2017

Catálogo na fonte: Bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. - 1407 - essevalter@sisbin.ufop.br

A985d Ayres, Maria Claudia Bueno
Desafios do Plano de Assistência Estudantil no Universo
da Educação Superior dentro da Universidade Federal
de Ouro Preto [recurso eletrônico]/ Maria Claudia
Bueno Ayres.-Mariana, MG, 2017.
1 CD-ROM; (4 3/4 pol.)+ 1 monografia (91 f. : il., gráfs.)

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas, Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo
e Serviço Social, DECSO/ICSA/UFOP

1. Educação - Teses - Ouro Preto (MG). 2. MEM. 3.
Serviço social - Teses. 4. Monografia. 5. Universidades
e faculdades - Teses. 6. Estudantes universitários
- Ouro Preto (MG) - Teses. 7. Universidades e faculdades
- Planejamento - Teses. I.Souza, Alessandra Ribeiro
de. II.Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto
de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências
Sociais, Jornalismo e Serviço Social. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 378(815.1)
: 15
: 1418411

“Desafios do Plano de Assistência Estudantil no Universo da Educação Superior dentro da Universidade Federal de Ouro Preto”

DISCENTE: MARIA CLAUDIA BUENO AYRES
ORIENTADOR (A): ALESSANDRA RIBEIRO DE SOUZA

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 05/02/2017



(Prof. Ma. Isis Silva Roza)



(As. Social. Ma. Lucinea de Souza Pereira)



(Prof. Ma Alessandra Ribeiro de Souza)

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a minha mãe, a minha avó e minha irmã,
Essa vitória também é de vocês!
Ao meu avô Dito (in memoriam) por me guiar aonde quer que eu vá
Meu amor por você ultrapassa qualquer céu.
Também dedico aos profissionais e estudantes que lutam por uma assistência
estudantil mais igualitária e democrática.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me iluminar em todo o percurso, por aumentar a minha fé para que eu nunca desistisse deste sonho.

À Prof.^a Alessandra de Souza por todos os ensinamentos e compreensão enquanto escrevia para concluir mais esse trabalho.

À Lucinea de Souza Pereira (Assistente Social) por esses anos de inspiração e alegria e por ter me ensinado tudo sobre a assistência estudantil.

A toda a equipe da PRACE (UFOP) pelo carinho e amizade, levo vocês sempre comigo.

Às minhas eternas Lilithianas por fazerem deste sonho o mais lindo de todos, amo vocês.

À minha mãe Isabel por não medir esforços para que eu chegasse até aqui, te amo mais que a mim mesma. À minha Vó Fina e minha irmã Carol por serem meus alicerces e meu apoio, amo vocês.

E a todos que em algum momento deste percurso foram minha inspiração e me fizeram refletir sobre a importância da igualdade.

AYRES, Maria Cláudia Bueno. *Desafios do plano de assistência estudantil no universo da educação superior dentro da Universidade Federal de Ouro Preto*. Ouro Preto, UFOP, 2017. (monografia)

RESUMO

O presente estudo tem como tema a análise dos desafios do plano de assistência estudantil dentro do Ensino Superior na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). De acordo com o Plano Nacional de Assistência Estudantil, para garantir a permanência dos estudantes, é necessário que sejam ofertadas ações de moradia, alimentação, transporte, creche, ações de promoção da saúde física e mental dos acadêmicos e condições adequadas para o atendimento das pessoas com deficiência. A pesquisa, de cunho quanti-qualitativo, fundamenta-se no materialismo histórico e dialético, e os referenciais teóricos se originam das áreas da Educação, do Serviço Social e das Ciências Sociais. Foram levadas em consideração a importância e a abrangência do estudo.

De um modo geral, os estudos que têm abordado a educação superior no Brasil, têm sido de natureza setorial, enfatizando uma dimensão dessa problemática – estrutura e funcionamento, financiamento, o público e o privado, oferta e demanda de ensino superior- o que leva à necessidade de consultar diversas pesquisas para chegar-se a uma compreensão das características do conjunto do sistema. Destaca-se ainda a pequena produção acerca da Assistência Estudantil e do trabalho do Assistente Social neste espaço. Para análise dos dados obtidos foi utilizado a análise de conteúdo, tendo como base os dados quanti-qualitativos obtidos na universidade federal e nos questionários aplicados.

Aponta-se na pesquisa, que nem todos os estudantes estão inseridos nos auxílios oferecidos e que enfrentam dificuldades, até mesmo os que já ingressaram na instituição, o que leva a constatar que a expansão e as novas oportunidades, oferecidas pelo governo, muitas vezes é uma inclusão de exclusão, dessa forma levando a pensar a Assistência Estudantil como forma de melhoria.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Educação; Garantia de direitos.

AYRES, Maria Cláudia Bueno. *Desafios do plano de assistência estudantil no universo da educação superior dentro da Universidade Federal de Ouro Preto*. Ouro Preto, UFOP, 2017. (monografia)

ABSTRACT

The present study has as its theme the analysis of the challenges of the student assistance plan within Higher Education at the Federal University of Ouro Preto (UFOP). According to the National Student Assistance Plan, in order to guarantee the permanence of the students, it is necessary that has housing, food, transportation, day care, actions to promote physical and mental health of the students, and adequate conditions for the care of the people with disabilities. The quantitative-qualitative research is based on historical and dialectical materialism, and the theoretical references originate from the areas of Education, Social Service and Social Sciences. The importance and the comprehensiveness of the study were taken into account.

In general, the studies that have addressed higher education in Brazil have been of a sectoral nature, emphasizing a dimension of this problematic - structure and functioning, financing, public and private, higher education supply and demand - which leads the need to consult several researches to arrive at an understanding of the characteristics of the whole system. It also highlights the small production on Student Assistance and the work of the Social Worker in this space. In order to analyze the data, it was used content analysis, based on the quantitative data obtained at the federal university and on the questionnaires applied.

It's pointed out in the research, that not all students are included in the offered aids and that they face difficulties, even those that have already entered the institution, which leads to realizing that the expansion and the new opportunities, offered by the government, is often an inclusion of exclusion, thus leading to think of Student Assistance as a way of improvement.

Key Words: Student assistance; Education; Guarantee of rights.

Lista de tabelas e gráficos

Tabela I- Panorama da expansão universitária.....	24
Tabela II- Expansão de indicadores acadêmicos na educação superior – Universidades Federais por região.....	24
Gráfico I- Ingresso na Universidade.....	63
Gráfico II- Ingresso por cota.....	64
Gráfico III- Ação Afirmativa.....	65
Gráfico IV- Cidade de Origem.....	65
Gráfico V- Auxílios ofertados.....	66
Gráfico VI- Tipo de auxílio moradia.....	67
Gráfico VII- Qual categoria.....	68
Gráfico VIII- Custo para se manter na Universidade.....	69
Gráfico IX- Auxílios ofertados suficientes.....	69
Gráfico X- Desafio para acessar os auxílios.....	70
Gráfico XI- Os auxílios correspondem as necessidades dos estudantes.....	71
Gráfico XII- Dever da Universidade manter o estudante.....	71
Gráfico XIII- Ano de formação dos profissionais.....	76
Gráfico XIV- Demandas dos Assistentes Sociais.....	77

Lista de abreviaturas e ou siglas

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino.

BM - Banco Mundial

CAC - Coordenadoria de Assuntos Comunitários

CF- Constituição Federal

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CNE – Conselho Nacional de Educação

CREDOC- Programa de Crédito Educativo

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FIES- O Fundo de Financiamento Estudantil

FONAPRACE- Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

GTI- Grupo de Trabalho Interministerial

IES - Instituição de Educação Superior

IFES - Institutos Federais de Ensino Superior

LDB - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC - Ministério da Educação

PRACE - Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

PROUNI - O Programa Universidade para Todos

PROAD - Coordenadoria de Gestão de Pessoas

PNAES- Programa Nacional de Assistência Estudantil

REUNI- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

SINAES - O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISU- O Sistema de Seleção Unificada

UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto

UNE-União Nacional dos Estudantes

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo I- A política de educação brasileira.....	12
1.1-Elementos sobre o desenvolvimento da educação no Brasil.....	12
1.2-A educação nos governos petistas.....	18
Capítulo II-O trabalho do assistente social na educação superior e a assistência estudantil.....	30
2.1-A inserção do assistente social na educação e a demanda pela inserção na assistência estudantil.....	30
2.2-A assistência estudantil.....	38
2.3- Características e particularidades da assistência estudantil na Universidade Federal de Ouro Preto.....	51
2.3.1- Avaliação socioeconômica.....	55
2.3.2- Área de Bolsas.....	56
2.3.3- Área de Orientação Estudantil.....	57
2.3.4- Área de Moradia.....	58
Capítulo III-O plano de assistência estudantil dentro da Universidade Federal de Ouro Preto.....	60
3.1- Desafios dos estudantes.....	62
3.2- Desafio dos Assistentes Sociais.....	75
Conclusão.....	82
Referências Bibliográficas.....	84
Anexo I- Pesquisa Estudantil.....	86
Anexo II- Pesquisa Profissionais.....	90

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surge a partir dos questionamentos diários com os quais a autora conviveu praticamente durante toda a graduação, as experiências adquiridas do processo da assistência estudantil e do reconhecimento de sua importância no novo contexto social.

Durante o processo de graduação a autora teve a oportunidade de se inserir no campo da assistência estudantil da UFOP, primeiramente como bolsista, onde se realizou o primeiro contato com o público e os procedimentos da instituição. Posteriormente, como estagiária foi possível um contato mais próximo com a realidade dos profissionais e estudantes, o que possibilitou a identificação dos diversos desafios que perpassam a área. Ambas as experiências possibilitaram a aproximação com uma realidade desconhecida e de como a assistência estudantil se ampliou e se tornou cada vez mais fundamental para as Instituições do Ensino Superior.

Este estudo tem como tema a análise dos desafios do plano de assistência estudantil dentro do Ensino Superior na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) para estudantes e profissionais. Tomamos como hipótese central que o aumento do número de vagas nas Instituições de Ensino Superior não foi acompanhado de ações que respondam suficientemente as dificuldades enfrentadas tanto pelos alunos como pelos os profissionais na garantia da permanência destes dentro da Instituição.

Além de mostrar a importância do plano de assistência estudantil na atual conjuntura pelo qual passam as políticas públicas de educação, como também os desafios encontrados no que concerne ao trabalho profissional, especificamente, à realização de estudos socioeconômicos para seleção de benefícios estudantis, este trabalho propõe uma visão mais ampla acerca dos desafios postos ao plano de assistência estudantil no âmbito dos estudantes e do profissional de Serviço Social, com o intuito de conhecer as ações desenvolvidas pelos órgãos responsáveis, e com objetivo geral de evidenciar a importância da assistência estudantil e os desafios postos aos profissionais e estudantes da UFOP.

Para a realização desse trabalho, foi usada como metodologia técnicas para a coleta de dados e informações dos seguintes instrumentos: a pesquisa

bibliográfica e questionários com questões abertas e fechadas. O público-alvo foram os estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto e os Assistentes Sociais da Assistência Estudantil. Os questionários foram aplicados por E-mail e redes sociais, todos comprometidos no valor ético-profissional em resguardar o anonimato de todos participantes. A definição dos participantes da pesquisa se deu a partir da compreensão da necessidade de buscar conhecer a realidade concreta vivenciada pelos estudantes e também da principal categoria profissional que atua na assistência estudantil da UFOP que são os assistentes sociais.

A coleta de dados ocorreu entre os dias 03 de março a 08 de março de 2017 com os estudantes de todos os cursos e a aplicação dos questionários junto aos profissionais entre os dias 20 de março a 22 de março.

No primeiro capítulo buscamos discutir o processo histórico da constituição da educação no Brasil buscando evidenciar suas principais características e ainda aprofundar o debate sobre a política de educação nos anos em que o partido dos trabalhadores esteve à frente gestão federal do país.

No segundo capítulo, buscamos mostrar sobre as particularidades do plano de assistência estudantil na Universidade Federal De Ouro Preto e de como ela se estrutura dentro da instituição, mostrando a avaliação socioeconômica, a área de bolsas, a orientação estudantil e a área de moradia e sobre o trabalho do assistente social no âmbito da educação e sua inserção na assistência estudantil.

No último capítulo buscamos discutir os dados levantados a partir da pesquisa realizada com os alunos e os assistentes sociais da UFOP. A pesquisa envolveu 152 estudantes e 08 assistentes sociais que responderam o questionário aplicado durante o mês de março de 2017.

O conhecimento produzido é provisório, suscetível a alterações contínuas; por outro lado, agrega na produção de conhecimento do Serviço Social e por outras áreas afins, trazendo reflexões acerca da educação e da assistência estudantil no ensino superior, tomando como referência o entendimento de educação como mecanismo emancipatório e fundamental para o exercício da cidadania.

CAPÍTULO I- A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA

1.1- Elementos sobre o desenvolvimento da educação no Brasil

Neste capítulo nos dedicaremos a uma breve reconstrução do processo histórico da política de educação brasileira buscando identificar suas principais características e em seguida buscaremos aprofundar as análises acerca da política de educação implementada nos governos petistas, por compreendermos que foi nestes governos que ocorreram contrarreformas que incidem no atual cenário da Assistência Estudantil.

O ensino superior no Brasil teve início com a introdução dos cursos de filosofia e teologia, até 1759, quando os padres jesuítas foram expulsos do reino português, tendo os colégios jesuítas como os responsáveis pelo ensino superior no Brasil. A partir desta data, surgiram novos currículos, novos métodos de ensino e nova estrutura da educação escolar.

A expansão e o desenvolvimento das universidades passaram a existir no Brasil somente após a Proclamação da República. Em 1930, conscientes da importância estratégica da educação, a ideia de universidade passou a ser imposta e o Estado procurou assumir o controle, sendo o Brasil o último país da América a criar o ensino superior universitário, a partir do Decreto nº14.343 (Orso,2006, p.44 apud Cislighi,2012, p.262).

As primeiras faculdades brasileiras foram: medicina, direito e politécnica, e eram independentes umas das outras, localizadas em cidades importantes e possuíam uma orientação profissional bastante elitista. Seguiam o modelo das grandes escolas francesas, instituições seculares mais voltadas ao ensino do que à pesquisa. Tanto sua organização didática como sua estrutura de poder baseavam-se em cátedras vitalícias: o catedrático, era aquele que dominava um campo de saber, escolhia seus assistentes e permanecia no topo da hierarquia acadêmica durante toda a sua vida.

Durante a Nova República, foram criadas 22 universidades federais, constituindo-se o sistema de universidades públicas federais. Cada unidade da

federação passou a contar em suas respectivas capitais, com 1 universidade pública federal. Durante esse mesmo período, foram também criadas 9 universidades religiosas: 8 católicas e 1 presbiteriana. Concomitantemente a esse processo de integração, ocorreu uma expressiva expansão das matrículas, acentuando-se, com isso, a mobilização dos universitários, que tiveram na criação da União Nacional dos Estudantes(UNE) em 1938, um elemento importante para a sua organização.

Em 1961, após um período de quatorze anos de tramitação no Congresso Nacional, foi promulgada a Lei nº 4.024, a primeira *Lei de Diretrizes e Bases* (LDB) da educação brasileira. Mesmo possibilitando certa flexibilidade na sua implementação, na prática, essa lei reforçou o modelo tradicional de instituições de ensino superior vigente no país. Em termos organizacionais, deixou ilesas a cátedra vitalícia, as faculdades isoladas e a universidade composta por simples justaposição de escolas profissionais, além disso, manteve maior preocupação com o ensino, sem focalizar o desenvolvimento da pesquisa. Ao conceder expressiva autoridade ao Conselho Federal de Educação¹, com poder para autorizar e fiscalizar novos cursos de graduação e deliberar sobre o currículo mínimo de cada curso superior, a nova lei fortaleceu a centralização do sistema de educação superior. Como novidade, assegurou a representação estudantil nos colegiados, não especificando, no entanto, a respectiva proporção.

¹O Conselho Federal de Educação foi criado em 1962, consequência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em pleno regime parlamentarista. O CFE assume a postura, desde a sua instalação até o final do ano de 1966, de abster-se em propor normas legais para educação. São previstos no regime interno do CFE os seguintes instrumentos: Pareceres, Resoluções, Indicações e Estudos Especiais.

Após a tomada do poder pelos militares, em 1964, as universidades passaram a ser objeto de uma ingerência direta do governo federal: foi afastado um grande número de professores, também foram criadas as Assessorias de Informação nas instituições federais de ensino superior, com a intenção de coibir as atividades de caráter “subversivo”, tanto de professores quanto de alunos. No ano de 1981, o Brasil contava com 65 universidades, 7 delas com mais de 20.000 alunos (Sampaio, 2010). Nesse mesmo ano, o número de estabelecimentos isolados de ensino superior excedia a 800, 250 dos quais com menos de 300 alunos. As novas faculdades isoladas não eram lócus de atividades de pesquisa, dedicando-se, exclusivamente ao ensino. O setor público foi o responsável pelo desenvolvimento da pós-graduação e das atividades de pesquisa e modernizou um segmento importante do sistema universitário brasileiro.

A importância dada ao desenvolvimento econômico fez com que os militares brasileiros incentivassem a formação de recursos humanos de alto nível, para atender às novas demandas decorrentes do avanço do processo de modernização da sociedade: as universidades públicas foram as escolhidas para atingir esse fim. Nelas, principalmente nas maiores e mais tradicionais, foram criados cursos de mestrado e, mais tarde, de doutorado. Além disso, foram estimuladas as atividades de pesquisa. A escolha das universidades públicas, como o lócus principal das atividades de pesquisa, acabou por estimular a titulação e a produção científica dos professores universitários, sendo, a sua profissionalização, assegurada pela possibilidade de virem a obter o Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva. Essas medidas tornaram a carreira do magistério universitário público suficientemente compensadora para atrair jovens mestres e doutores para as atividades acadêmicas. Além disso, se deu início ao processo de avaliação sistemático dos cursos de mestrado e doutorado, iniciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 1972, que serviu de orientação às suas políticas.

Em 1990, no mandato do Presidente Fernando Collor de Mello, que defendia a modernização no ensino, couberam às instituições a formação de recursos humanos exigidos por um mercado que surgia diante da inclusão do Brasil na economia globalizada.

O programa de governo do Presidente Fernando Collor de Mello teve como pressuposto o fato de o ensino superior brasileiro apresentar as seguintes distorções:

- 1) Formação de profissionais não voltadas para a geração de riquezas;
- 2) Pequena formação na área de ciências exatas;
- 3) Gasto excessivo com o ensino superior em detrimento dos demais níveis de ensino (CORBUCCI, 2000).

Com o objetivo de superar alguns obstáculos identificados no ensino superior, foram propostas algumas normas, tais como: Ampliação do acesso; respeito à autonomia universitária; maior estímulo ao desenvolvimento de pesquisas entre universidades e empresas; ampliação dos programas de pós-graduação e; capacitação e valorização dos profissionais de educação. (CORBUCCI, 2000)

Em 1995 chega ao governo Fernando Henrique Cardoso cuja política de governo para o ensino superior adotada foi marcada pela condução da expansão do ensino superior privado. Em 1996, ocorreu uma mudança nos marcos estruturais do Governo, a promulgação da Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), LDB, depois de oito anos de discussão no Congresso.

Embora não se tratasse de iniciativa do governo Fernando Henrique, a atuação do MEC foi decisiva para sua aprovação. Introduziu-se o processo regular de avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior, condicionando seus respectivos credenciamentos e recredenciamentos ao desempenho mensurado nesta avaliação. Além disso, a LDB estabeleceu os níveis escolares e as modalidades de educação e ensino, bem como suas respectivas finalidades. Também na LDB foi estabelecido que, para que uma instituição possa ser considerada universidade e, portanto, gozar de autonomia para abrir ou fechar cursos, estabelecer número de vagas, planejar atividades etc., ela deve ter, no mínimo, um terço do seu corpo docente com titulação de mestre ou doutor e um terço, contratado em tempo integral.

CISLAGHI (2012) afirma que o desenvolvimento do ensino superior integra-se como parte influente na contribuição da contrarreforma² apresentada no governo de Fernando Henrique Cardoso em colaboração com o Banco Mundial (BM). A partir de então, podemos considerar o ensino superior em destaque impulsionando a redução da pobreza e coesão social, favorecendo assim uma expansão na educação. De acordo com Lima (2011) o documento publicado pelo Banco Mundial em 2002: “construir sociedades de *conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciária*”, é uma importante referência da intensificação da mercantilização da educação superior no início do novo século, pois atuou para uma mudança de concepção de “educação superior” para “educação terciária”. Segundo a autora “esse deslocamento estava inscrito na concepção do BM de que estamos na sociedade do conhecimento, na medida em que este se constituiu como fator primário da produção na economia mundial.” (2011, p. 89).

[...] O ensino terciário teria entre seus objetivos a redução da pobreza, através do aumento da produtividade dos países capacitando a força de trabalho local, gerando novos conhecimentos e adaptando conhecimentos globais ao uso local, além de aumentar as oportunidades de emprego e ascensão para estudantes com menos recursos. (CISLAGHI, 2012, p. 269).

Uma das principais reformas que se dedica o governo Fernando Henrique Cardoso é a reforma da administração pública, embora não constasse nos temas da campanha eleitoral de 1994. Entretanto, o novo presidente decidiu transformar a antiga e burocrática Secretaria da Presidência, que geria o serviço público, em um novo ministério, o da Administração Federal e Reforma do Estado. Ao acrescentar a expressão “reforma do Estado” ao nome do novo ministério, o presidente não estava apenas aumentando as atribuições de um determinado ministério, mas indicando uma prioridade do nosso tempo: reformar ou reconstruir o Estado (BRESSER PEREIRA, 2006, p.21).

A contrarreforma do Estado supõe a redução econômica na área pública, almejando privatizar empresas e serviços, reduzindo assim, os gastos financeiros

²A contrarreforma é presenciada pela redução da função do Estado e também pela contramarcha dos princípios constitucionais, compondo-se como “um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira, que foram também antinacionais e antidemocráticas” (BEHRING, 2008, p.281).

para investir cada vez mais em finanças públicas do Estado. O foco da discussão são as restrições de gastos públicos, principalmente com o funcionalismo, como estratégia essencial ao se reformar o aparelho do Estado. A contrarreforma é vislumbrada por transferir para o setor privado atividades que podem ser administradas pelo mercado, a exemplo das empresas estatais. “Trata-se de produção de serviços competitivos e não exclusivos do Estado, estabelecendo-se parcerias com a sociedade para o financiamento e controle social de sua execução” (BEHRING, 2008, p.178).

Se nos governos anteriores, houve a institucionalização da legislação que remete à desresponsabilização do Estado no enfrentamento das sequelas da questão social, o governo FHC constitui-se pela viabilização da lei, com objetivo de concretizar a contrarreforma.

Nessa via, a contrarreforma da educação foi seguida pelo governo Luís Inácio Lula da Silva (de 2003 a 2010). Nela, não apenas se aprofundam as ações dos governantes anteriores como também meios para a continuidade da política privatista, sob a aparência de democratização ao acesso as Instituições de Ensino Superior (IES), são favorecidos, nos governos de FHC e Lula, a “reforma” toma seu ápice de visibilidade, sendo ordenadas pela LDB.

Os traços históricos que marcam as políticas da educação superior decorrem das transformações sociais e das diferentes reformas que as universidades vêm passando ao longo dos anos, sendo que a cada momento da história surgem desafios para as instituições, e que colocam em risco sua própria sobrevivência, assim como suas finalidades. A educação, enquanto um direito social concretiza-se por meio de uma política pública social que, baseada em toda uma legislação, vai se solidificar para que seja garantido às pessoas o direito à Educação.

Considerando que o Brasil enfrentava sérios problemas na educação superior e que estes deveriam se agravar, caso o Plano Nacional de Educação (PNE) não estabelecesse uma política que promovesse a renovação e desenvolvimento do ensino superior, tendo em vista que em nível de América Latina o Brasil estava apresentando um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, sendo a porcentagem de matriculados entre 18 e 24 anos, de 12%, comparando-se desfavoravelmente com os índices de outros países do

continente, como o Chile (20,6%), a Venezuela (26%) e a Bolívia (20,6%), a educação superior foi contemplada no item B do PNE - 2001/2010 (BRASIL, 2001).

No referido item, são elencados 35 objetivos e metas para a educação superior no Brasil. Sendo o 1º: “Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.” E o 34º: “Estimular a adoção de programas de assistência estudantil destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001).

É nesse cenário de contrarreformas, de um desenvolvimento histórico da educação voltada para fortalecimento do privado e ainda dá já reconhecida necessidade de programas de assistência estudantil que chega à gestão federal o partido dos trabalhadores. Em seguida nos dedicaremos ao debate acerca do desenvolvimento da educação durante os governos petistas.

1.2-A educação nos governos petistas

As mudanças do ensino superior estão indicadas na LDB e foram as propostas de reforma universitária do governo FHC, porém é no governo Lula que se materializaram e agudizaram as propostas da LDB. Todas as medidas ali previstas – exame nacional de curso, mestrado profissionalizantes, substituições dos currículos mínimos por diretrizes curriculares, cursos sequenciais, ensino a distância em todos os níveis seguem as orientações dos organismos internacionais, no sentido da privatização das políticas sociais, de favorecimento da expansão dos serviços privados, de diversificação e massificação do ensino e de reconfiguração das profissões (BOSCHETTI, 2008)

Nesses governos, viu-se o aprofundamento da contrarreforma universitária no Brasil. A exemplo disso, foi criada as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como meio da educação superior à distância, que viveu e ainda vive um processo de expansão acelerada com a proposta de reformar o Durante o governo Lula, foi sustentada a premissa de que a educação estava inserida no setor de serviços não exclusivos do Estado. Assim, naturalizam-se a alocação de verbas públicas para as privadas e o financiamento privado para instituições públicas, diminuindo-se as barreiras entre o público e o privado

(LIMA, 2007). Na prática, essa direção se apresenta por meio das alterações cotidianas, tanto das IES públicas quanto das privadas, com o aumento desigual de oferta de vagas na privada em relação às instituições de ensino público e a aceção de novas modalidades de ensino: cursos tecnológicos, ensino a distância, mestrados profissionalizantes. Ocorre também uma alta precarização e esgotamento do trabalho docente com a exigência de um trabalhador polivalente, em busca de um novo perfil profissional compatível com a lógica atual (competitivo, empreendedor, qualificado para atuar no mercado).

Essas medidas governamentais e outras tantas que estão em pleno curso vêm redimensionando ESB sendo que é no governo Lula (2010), que há maior notoriedade e materialidade das medidas reformistas lançadas pelo MEC, o qual possui um papel estratégico na coordenação nacional de educação brasileira.

[...] A Reforma da Educação Superior do governo Lula da Silva iniciou oficialmente o seu curso, com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O GTI foi composto por 12 membros, sendo dois representantes de cada um dos órgãos que se seguem: Ministério da Educação; Casa Civil; Secretaria Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda. (OTRANTO, 2006,p.1).

Conforme Otranto (2006) este relatório final do GTI reconhece a situação de crise da educação superior tanto nas universidades federais como as instituições privadas atribuindo o problema à crise fiscal do Estado, apesar das instituições privadas terem vivido uma grande expansão nos últimos anos. Esse documento foi divulgado em dezembro de 2003 e composto por quatro partes, destacando: “[...]ações emergenciais; autonomia universitária; complementação de recursos (financiamento) e as etapas para a implementação da Reforma Universitária”, assim, sendo apontadas algumas soluções:

- a) um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente às universidades federais;
- b) uma reforma universitária mais profunda. (BRASIL, 2003, apud OTRANTO).

Otranto (2006) defende a ideia de que este documento serviu de base para a reforma da Educação Superior brasileira e direcionou medidas legais que aumentaram significativamente o quadro docente, a ampliação de vagas para estudantes, educação à distância, autonomia universitária e o financiamento. Conforme o GTI, essas medidas seriam a solução para resolver os problemas das instituições federais de educação superior.

De acordo com Otranto (2006) é necessário fazer a crítica a proposta de garantia de autonomia universitária que aparece em todos os documentos do governo Lula, pois essa proposta tem como objetivo principal a autonomia financeira, onde o Estado não seria o principal responsável pelas universidades públicas, aliviando-se financeiramente seu lado e ficando apenas obrigado a complementar seus recursos.

A inspiração da “autonomia financeira” do Grupo Interministerial do governo Lula da Silva veio, como as demais, dos documentos do Banco Mundial (BM). Tomando como referência o documento de 1994, podemos ver que o BM considera a educação superior no Brasil um campo extremamente privilegiado devido aos subsídios governamentais a ela destinados, e propõe uma ampla reforma. Uma das orientações-chave para esta reforma é “proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados”. (WORLD BANK, 1994, p. 4 apud OTRANTO, 2006, p.4).

Nos textos do Banco Mundial se encontram também as ideias de financiamento que integram o documento do GTI que direcionam as ações governamentais:

[...] Trocar a dívida externa por investimentos em educação foi uma sugestão do Banco Mundial e da UNESCO em documento conjunto apresentado em 2003. Porém o texto especifica que a redução da dívida está condicionada à reforma sistêmica do ensino superior. Esta perspectiva também está contida no último documento do Banco Mundial. (WORLD BANK, 2004 apud OTRANTO, 2006, p.6).

Segundo Otranto (2006) no governo Lula as reformas da educação superior estão fundamentadas por organismos internacionais, do qual foram defendidas nos documentos elaborados pelo GTI, que direcionaram medidas legais que foram implantadas de acordo com os interesses governamentais,

destacando o Programa Universidade para Todos (PROUNI), O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a Lei de Inovação Tecnológica, as parcerias público-privadas, o Decreto que normatiza a Educação a Distância e as medidas adotadas para a Educação Profissional.

Durante o governo Lula, algumas das principais transformações reformistas que caracterizam seu governo em relação às universidades superiores são:

- a) Criação do PROUNI, pela Lei nº 11.096 em 13 de janeiro de 2004, que tem como objetivo distribuir bolsas integrais e parciais a instituições superiores privadas para estudantes de baixa renda e para reservas de cotas para índios, negros e deficientes.
- b) Continuidade do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) - criado no governo FHC - mas já vinha desde o governo de Cardoso substituindo o Programa de Crédito Educativo (CREDUC) que tem como principal mecanismo a privatização de recursos públicos no ensino superior. (Cislaghi, 2012.p.271).
- c) É instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), pelo Decreto Nº. 6.096 de 24/04/2007; A assistência estudantil é “coroadada” como política pública, por meio da promulgação do PNAES- Portaria Normativa nº 39 de 12/12/2007.
- d) Aprovado em 2008 o PL nº 3627/2004 que regulamenta a reserva de 50% do total de vagas nas IFES para alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Desse percentual, é reservada uma quantidade mínima de vagas para o aluno que se autodeclarar negro ou indígena.
- e) Informatização no sistema de seleção em que as IFES selecionam os novos estudantes exclusivamente pela nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). O Sistema de Seleção Unificada(SISU) é regulamentado pela PN nº2, de 26/01/2010.
- f) Concretizada a política de expansão do ensino superior através da abertura desmedida de IFES que, não são exatamente novas, mas, sim o desmembramento das instituições já existentes.

Em seguida nos dedicaremos a aprofundar as demais medidas contra reformistas citadas.

Segundo Otranto (2006) o PROUNI deveria ter sido lançado em 2003, mas foi muito criticado por reitores das universidades federais e de associações de instituições privadas, conforme a Folha de São Paulo (14/4/2004) “criticaram o percentual de abertura de vagas e exigiram em troca isenção do Imposto de Renda e outros três tributos para as instituições com fins lucrativos”(apud Otranto,2006,p.7).

[...] O mais interessante da MP é sua exposição de motivos: Toda a atuação política relativa ao marco regulatório do ensino superior foi orientada de forma a buscar a formação de um amplo consenso, incorporando reivindicações e sugestões de todos os setores envolvidos”. Será que uma MP editada de forma autoritária, desrespeitando o Parlamento que analisava, em Comissão Especial, o Projeto de Lei do próprio executivo, e, ainda, desconhecendo todas as críticas advindas dos defensores das escolas públicas ou privadas, pode-se autodenominar como uma medida de consenso? Que falso consenso é esse que desconsidera os encaminhamentos do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, integrado por várias entidades representativas da Educação, dentre as quais ampla maioria se posicionou contra o PROUNI? Mais uma vez é uma afirmação inverídica, um jogo de palavras que atinge os incautos. (OTRANTO,2006,p.7).

Para Andrés (2008 p.31) o PROUNI [...] “*seria um programa para matricular alunos carentes em instituições que ofereciam ensino de má qualidade*”.

Já que a legislação prevê um período de seis anos para um curso mal avaliado ser desligado do PROUNI, ainda de acordo com o governo, um curso pode passar no mínimo dez anos vinculado ao programa, ou seja, recebendo dinheiro público sem realizar nenhuma melhoria. (CISLAGHI, 2012,p.273).

Durante a gestão do governo Lula (2003-2010), o qual promoveu mudanças extremas, ainda que paulatinas, de forma contínua, mas não necessariamente lenta, o processo avança com o propósito de reordenar a ESB e, cada vez mais, estreitam-se os vínculos e as respostas para as demandas advindas do mercado.

A expansão por meio da interiorização das universidades públicas gerou um acréscimo discente, promoveu a diversificação dos perfis e possibilitou o acesso de jovens que vivem em zonas rurais bastante afastadas dos centros urbanos ou ainda em outros estados. Porém, grande parte desses perfis de alunos traz consigo grande dificuldade socioeconômica, que repercute diretamente na manutenção deles na instituição chegando ao ponto de evadirem devido aos diversos obstáculos encontrados durante o período da vida acadêmica.

Há um processo de democratização do ESB, agregada ao aumento de vagas e à ampliação da oferta de cursos noturnos nas instituições federais (aumento de 28% dos cursos noturnos nas IFES de 2001 para 2010 – INEP/MEC, 2010). Isso, de certa forma, pode representar uma oportunidade concreta no acesso ao ensino superior principalmente para os estudantes trabalhadores, muitos dos quais também necessitam da assistência estudantil a fim de garantir sua permanência na instituição. Do mesmo modo, o incentivo à política de interiorização universitária é um meio de permitir que jovens que vivem no interior e que não têm condições de se deslocar para os grandes centros urbanos em busca do ensino superior possam ingressar na universidade. (KOWALSKI, 2012).

No governo Dilma, como foi também no governo Lula, a expansão universitária gerou uma *expansão quantitativa*. Esse dado é revelado na contradição dos seguintes aspectos:

- Aumento de matrículas, tanto IES públicas ou privadas, em que se obteve um incremento de 425 mil vagas somente entre o ano de 2009 e 2010 (INEP/MEC, 2010);
- Aumento do número e diversificação dos estudantes, os quais advêm de várias localidades; do interior aos grandes centros urbanos e até mesmo de outros países e regiões (MERCOSUL);
- Aumento da demanda para o ESB que não é proporcional ao aumento da infraestrutura institucional e também do quadro profissional de TAE/docentes.
- Encolhimento dos gastos públicos e, em contrapartida, incentivos de ampliação do setor privado;

- Abertura de novos cursos e a criação desenfreada de IES (a diversificação de universidades e instituições não universitárias);
- Proliferação exorbitante do ensino na modalidade à distância; sendo que, de 2001 a 2010, cresceu dez vezes, chegando a 780 mil alunos matriculados nessa modalidade (INEP/ MEC, 2010).

Em relatório produzido pela Secretaria de Ensino Superior (SISU) sobre a expansão universitária que ocorreu entre os anos de 2002 e 2014 indica as características dessa expansão. Na graduação presencial o número de matriculas em cursos presenciais quase dobra enquanto as matriculas na educação à distância cresce em cerca de 700% conforme atesta a tabela abaixo.

Tabela I – panorama da expansão universitária

	2002	2014
Universidades Federais	45	63
Câmpus	148	321
Cursos Graduação Presencial	2.047	4.867
Vagas Graduação Presencial	113.263	245.983
Matriculas Graduação Presencial	500.459	932.263
Matriculas Educação a Distância	11.964	83.605
Matriculas Pós-Graduação	48.925	203.717

Fonte: CENSO/2013-Inep.

Os dados que indicam essa expansão também indicam que o acesso à educação não foi proporcional.

Veja mais essa tabela:

Tabela II

REGIÃO	CURSOS			VAGAS			MATRÍCULAS		
	2002	2013	% de crescimento	2002	2013	% de crescimento	2002	2013	% de crescimento
NORTE	478	714	49%	16.755	30.094	80%	76.779	128.228	67%
NORDESTE	583	1.299	123%	33.587	75.052	123%	147.464	281.421	91%
SUL	286	951	233%	17.152	42.241	146%	75.985	157.206	107%
SUDESTE	430	1.332	210%	32.509	71.502	120%	139.641	275.687	97%
CENTRO-OESTE	270	571	111%	13.260	27.044	104%	60.590	89.721	48%

Fonte: CENSO/INEP.

Tomando como referência o ano de 2002 para demonstrar o crescimento do sistema de ensino superior, é possível inferir que o maior aumento de campus ocorreu na região nordeste, com crescimento de 123%, seguido da região norte, com crescimento de 133%. O maior aumento de cursos ocorreu na região sul e o menor crescimento foi na região norte. Na região sul também ocorreu a maior ampliação no número de vagas, com um crescimento de aproximadamente 146% em relação a 2002. A região nordeste evidenciou um crescimento de 123%, cabendo à região norte a menor variação, da ordem de 80%.

Quanto à expansão de matrículas, novamente a região sul se destaca, com o maior aumento de vagas. Porém, quando analisamos o crescimento do número de matrículas evidenciamos que em nenhuma região ampliou o número de matrículas na mesma proporção que elevou o número de vagas o que já evidencia a dificuldade de acesso à educação.

Segundo o MEC, um dos fatores fundamentais para explicar o crescimento do número total de alunos matriculados no ensino superior no Brasil, foi o aumento da oferta de cursos à distância e tecnológicos oferecidos. Somente a modalidade a distância representou um aumento total de 15% em 2010 (INEP/MEC, 2011). Portanto, as IES e de resto as políticas de ESB, como a da assistência estudantil, precisam se reestruturar na recente expansão descomedida da Educação a Distância (EAD), que visa diversificar as instituições de ensino, incluir o maior número de jovens na vida acadêmica, acessibilizar o ensino

superior às camadas mais empobrecidas e, principalmente minimizar os custos com a educação superior.

A utilização da educação a distância como estratégica de ampliação do acesso à educação superior está também referenciada na necessidade de diversificação das fontes de financiamento da educação superior: o compartilhamento dos custos da formação com os estudantes e seus familiares; a venda de serviços educacionais e pesquisas e a reserva de vagas gratuitas nas universidades públicas para os melhores alunos, com cobrança de mensalidade para os demais (LIMA, 2006, p.154).

A expansão do EAD traz consigo a necessidade de diversificação das fontes de financiamento e isso se configura como uma estratégia do Estado, orientado por segmentos internacionais – BM, o qual mescla verbas públicas com verbas privadas e impõe certos cortes, principalmente nas “atividades não-relacionadas com a educação” (LIMA, 2006).

No rastro da política de extensão como meio efetivo da contrarreforma da ESB, que estava em pleno curso, foi lançado em 24 de abril de 2007 pelo governo Lula, o Decreto nº 6.096 que institui o REUNI. O fato curioso é que esse Decreto foi instituído sem sequer a análise e muito menos a aprovação do Congresso Nacional, ou seja, num ato de premência e autoritarismo, o Poder Executivo toma a decisão de sua existência nas IFES.

No período de implantação do Programa, o MEC se responsabilizou por investidas e pressões às universidades federais para que aderissem maciçamente ao Decreto. Conforme adverte Lima:

O REUNI foi aprovado de forma acelerada e antidemocrática em todas as universidades federais: reuniões dos conselhos universitários foram suspensas ou realizadas em locais como o Palácio de Justiça (UFF), além do fato de que as reitorias convocaram a polícia (federal, civil, militar e guarda municipal) para ocupar as universidades federais e reprimir duramente estudantes, professores e técnico-administrativos que organizavam manifestações contra o REUNI (LIMA, 2011. p.99).

Mesmo com tantas manifestações contrárias ocorridas em várias IFES pelo Brasil afora, o Programa não passou por nenhuma alteração em sua forma e conteúdo sendo implementado em todas as universidades públicas do país. Vale destacar algumas das metas do REUNI:

- Ampliar o acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação;
- Melhorar o aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais;
- Elevar a taxa média de conclusão dos cursos presenciais de graduação para noventa por cento;
- Alcançar a relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais;
- Criar cursos noturnos e licenciaturas como meio de formar professores aptos para lecionar na educação básica especialmente no período noturno;
- Articular a pós-graduação com a graduação e a educação superior com a educação básica;
- Reduzir as taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso.

Boschetti (2008) faz menção ao REUNI como uma política de expansão desmesurada que provoca uma mudança no sentido e conceituação de universidade. Segundo ela,

Trata-se de uma perspectiva que restringe o sentido de espaço de produção autônomo de pesquisa e produção de conhecimento e amplia o sentido de usina de produção. Não se observa do Reuni uma preocupação em definir parâmetros para a garantia de um padrão de qualidade técnica, ética e social na formação. As medidas se voltam exclusivamente, para responder às exigências do capital financeiro com expansão quantitativa e submissão a demanda do mercado (BOSCHETTI, 2008, p.09).

O gerenciamento administrativo das IFES, sob os orçamentos, configura-se com meio fundamental que irá condicionar ou viabilizar a distribuição de recursos do REUNI. A limitação gerencial das universidades repercutirá na adequada gestão e execução, por exemplo, das obras de infraestrutura e a liberação orçamentária condizente, haja vista que a instituição deve cumprir as metas quantitativas e qualitativas estabelecidas pelo Programa, requisito indispensável para a liberação dos investimentos.

A presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) iniciou seu governo dando continuidade ao programa REUNI e, ao mesmo tempo, reafirmou a permanência da política de expansão da educação superior pública com a construção de quatro novas universidades (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, Universidade Federal do Cariri – UFCA; Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB e Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA). A expansão da educação superior na ótica desse governo tem como objetivo: expandir e interiorizar os institutos e universidades federais, principalmente nos municípios populosos com baixa receita per capita; promover a formação de profissionais para o desenvolvimento regional, bem como estimular a permanência desses profissionais no interior do país; potencializar a função dos institutos e universidades na superação da miséria e na reeducação das iniquidades sociais (MEC, 2011).

Ainda de acordo com o MEC, os critérios estabelecidos para definir o número de campos universitários e de escolas de educação profissional por estado são: baixos índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB) e a porcentagem de jovens de 14 a 18 anos nas séries finais do ensino fundamental e municípios ou microrregiões com população acima de 50 mil habitantes com arranjos produtivos locais (REUNI, 2011). Tais políticas estão priorizando a oferta da educação superior, principalmente no interior do país, com o objetivo de ampliar as oportunidades de empregabilidade e de dinamizar a economia regional para, nessa ótica, possibilitar a diminuição das desigualdades regionais e sociais, bem como potencializar a capacidade de competitividade do país. Em consonância com o processo de internacionalização da educação superior iniciado no governo de Lula da Silva (2003-2010) e adotado por vários países, foi implantado o programa “Ciências sem Fronteiras”, que visa fomentar a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores mediante a concessão de bolsas para estudos em universidades estrangeiras. O programa tem como foco o atendimento às áreas consideradas prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento econômico do país.

No primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff (2011-2016), verificou-se a continuidade do processo de expansão defendido a partir da interiorização das universidades federais mediante a organização multicampo. As quatro universidades construídas nesse governo estão totalmente localizadas no interior dos estados, priorizando a região Norte e Nordeste. A UFOB, com sede em Barreiras/Bahia, a UNIFESSPA, sede em Marabá/PA, a UFCA, sede em Juazeiro de Norte/Ceará. Todas possuem seis campos em municípios diferentes, exceto, a UFESBA com sede em Itabuna/Bahia e presente em mais três municípios. Os novos papéis sociais requeridos para as universidades vêm produzindo alterações significativas no modo do seu funcionamento e organização institucional e na oferta de novos percursos e processos formativos considerados estratégicos para o desenvolvimento regional, como também vêm exigindo novas formas de gestão pautadas nos indicadores quantitativos de produtividade, na racionalização dos custos e na eficácia e eficiência de suas atividades. Ou seja, seguindo as orientações do BM.

As políticas para a educação superior do governo Lula da Silva (2003-2010) e do governo de Dilma Rousseff (2011-2014) assumiram a perspectiva da equidade social articulada à concepção de desenvolvimento econômico e social, de capacitação de mão de obra e da elevação da empregabilidade da população, ao priorizar a construção de campo de instituições federais de educação superior no interior do país, bem como a ampliação do acesso às IES privadas. As políticas para educação superior das instituições públicas desses governos vêm possibilitando o processo de expansão e de interiorização, bem como da internacionalização das universidades mediante papéis que as aproximem principalmente das demandas econômicas produtivas.

As políticas para a educação superior do governo Lula da Silva (2003-2010) e do governo de Dilma Rousseff (2011-2016) assumiram uma perspectiva contraditória que ao mesmo tempo expandia a possibilidade acesso ao ensino superior público, mas também apoiava o privado. As direções das políticas de educação não vieram acompanhadas de uma política de Assistência Estudantil conforme veremos em nosso próximo capítulo. Destaca se também a direção não democrática das medidas tendo em vista que essas contrariavam reivindicações históricas do campo da educação e que sequer foram discutidas a exemplo do REUNI.

CAPÍTULO II- O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

2.1- A inserção do Assistente Social na Educação e a demanda pela inserção na Assistência Estudantil

Nesta presente sessão, busca-se brevemente articular sobre a inserção do Assistente Social na educação, mas direcionando a profissão na educação superior e relacionando à sua demanda na assistência estudantil. Em seguida nos dedicaremos ao debate acerca da Assistência Estudantil no Brasil buscando evidenciar suas principais características e problemáticas.

Conforme Silveira (2012) a inserção do serviço social na educação no Brasil é marcada desde a origem da profissão, em 1930 (CFESS, 2011). Os primeiros Estados a debater sobre as ações do serviço social escolar foram as cidades de Pernambuco e o Rio Grande do Sul, onde foi implantado o serviço social de assistência escolar, sendo executadas na antiga Secretária de Educação e Cultura.

Em 1930 os assistentes sociais eram voltados às atividades de identificação de problemas sociais que interferissem no aproveitamento do aluno, a adaptação dos escolares ao equilíbrio social da comunidade escolar, assim como intervir em situações consideradas desvio, defeito e normalidade social. (Piana, 2009).

Em relação à inserção no âmbito das universidades, Souza destaca:

Nas universidades, o Assistente Social tinha como atividades organizar as refeições e residências estudantis, aprovar bolsa de estudo e ter atenção à saúde dos estudantes. E, ainda, a tarefa de sensibilizar os universitários em relação aos problemas da comunidade, promovendo conferências sobre problemas da atualidade e a realização de atividades em bairros marginalizados. (SOUZA, 2005, p. 33).

Ainda de acordo com Damasceno (2013) a complexidade da política de educação a inserção da atuação do assistente social junto com o crescimento de vagas, sempre tiveram relação com o contexto sócio histórico e com as

modificações nas intervenções estatais. Ganham novas direções à política de democratização no acesso às escolas públicas, às universidades e aos Institutos federais, levando a novos rumos de expansão nas redes de ensino e a inserções de novos profissionais. É necessário ressaltar que no exercício do assistente social na educação é importante que o profissional reconheça as contradições que perpassam esse âmbito.

As demandas colocadas para os assistentes sociais sobre a inserção nesta área estão associadas cada vez mais as tendências contraditórias da política de educação de ampliação das formas de acesso e de permanência na educação perante uma realidade cada vez mais voltada a dinâmica do capital.

Em relação às requisições à atuação profissional no âmbito da educação, destaca-se que as principais demandas postas à profissão tem sido:

- O processo de descentralização da educação básica e a maior autonomia da esfera municipal no desenvolvimento de programas de ampliação do acesso e garantia de permanência na educação escolarizada.
- A ampliação e a interiorização da rede de Institutos de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e as demandas por programas e ações de assistência estudantil.
- A expansão do setor privado de educação e a demanda por ações de assistência estudantil e de trabalho comunitário como forma de justificar a isenção de impostos.
- A aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação das formas de acesso à educação superior pública.
- A afirmação do direito à educação de largos contingentes populacionais que se encontravam fora da escola e o acionamento de diferentes instituições do Poder Judiciário e do Executivo para assegurar e acompanhar as condições de acesso a esse direito.
- A organização de programas de qualificação e de conclusão da educação escolarizada de jovens com forte caráter compensatório.
- A expansão dual da rede de educação infantil (pública e comunitária) com recursos públicos e as requisições de gerenciamento da desproporcionalidade

entre oferta e demanda de vagas.

- O aumento das ações e programas sociais dirigidos às famílias e das demandas de sua operacionalização no âmbito das organizações não governamentais que atuam no campo educacional.
- A disseminação de programas e projetos sociais que articulam educação, esporte e cultura como forma de “exercício da cidadania” e ampliam as ações de cunho educativo em articulação com o tempo e espaço escolar.
- Os discursos e as práticas de valorização de uma educação inclusiva e as conseqüentes demandas de articulação com as instituições e serviços assistenciais. (CFESS,2011).

Conforme Damasceno (2013) não há uma nova “questão social”, onde exista uma crise do trabalho, a autora defende a concepção de que se mostram aos assistentes sociais como demandas profissionais contemporâneas, novas e velhas expressões da “questão social”, em conseqüências da exploração do trabalho, que provoca novos desafios, além de evidenciar as contradições da profissão.

Nessa perspectiva que defendemos, o fundamento do Serviço Social está nas bases das contradições do sistema capitalista e sua forma de enfrentamento às expressões da “questão social” via políticas sociais. É importante reafirmá-la para não desprendermos as discussões sobre o exercício profissional do assistente social do sistema capitalista e cairmos em uma ‘sobrepolitização do Estado’, em que sua autonomia é superestimada, desconectando-o de seus fundamentos econômicos. (IAMAMOTO, 2011, p. 341 apud DAMASCENO, 2013, p. 80-81)

Conforme discutimos em nosso primeiro capítulo, a educação tem sido alvo de contrarreformas que visam atender as demandas do capital e a precarização desta política tem ampliado também a demanda pelo assistente social. A preocupação da categoria com a atuação profissional resultou em ações das entidades representativas da categoria como o Conselho Federal de Serviço Social, que além de acompanhar ações como os projetos de lei de inserção do Assistente Social em escolas e na realização de um Seminário Nacional sobre Serviço Social e Educação em 2012.

Além disso, foi emitido pelo CFESS um parecer Jurídico, nº23, de 22 de outubro de 2000, mostrando sobre a inserção do Serviço Social nas escolas de

rede pública do ensino fundamental e médio, “a implantação do Serviço Social Escolar é uma das medidas que poderá criar condições para o efetivo exercício da cidadania” (CFESS, 2000, p.23), mostrando a importância da inserção do profissional de Serviço Social dentro da escola, o documento traz as atividades e técnicas que o assistente social deverá desempenhar nesse espaço, são eles:

- Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício à cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais;
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93, não especificadas acima (CFESS, 2000, p. 29-30).

As ações indicadas evidenciam as diversas possibilidades para a atuação profissional neste campo.

Em diversos encontros em Congressos de assistentes sociais, também foi apresentada a necessidade de um debate em relação à atuação do assistente social dentro da educação e a importância de um aprofundamento de quais atividades o

profissional irá desempenhar na política de educação. (CFESS, 2011)

Conforme Silveira (2012) o documento feito pelo CFESS sobre a atuação do assistente social na área educacional, estruturou três grandes intervenções:

[...] A escola enquanto espaço social para instrumentalizar o sujeito a compreender e intervir na realidade social através do desenvolvimento de ações conjuntas com as outras formas de organização existentes na comunidade; o uso da escola como espaço de inclusão social e que ela realmente cumpra o papel de incluir, garantindo a universalidade e a qualidade de seu atendimento; e a escola como instância de gestão democrática, reconhecendo a necessidade de proporcionar formas de participação da comunidade escolar no seu processo de organização e funcionamento. (SILVEIRA, 2012)

Silveira (2012) destaca que é importante frisar que o trabalho do assistente social não deve ser confundido com os orientadores educacionais e professores, lembrando que essas profissões têm atribuições diferentes dentro desse espaço educacional, mas que de certa maneira elas se complementam.

O trabalho do assistente social constitui um processo de trabalho coletivo organizado, com base nas diretrizes das políticas sociais, e se materializa nas instituições a partir da mediação de programas, projetos e serviços, que compõe a política de educação e seus respectivos programas e projetos. Sua atuação constitui em autonomia técnica, não prescindindo das condições objetivas em que particulariza cada nível ou modalidade da educação, lidando diretamente com o acesso à população à educação, da permanência da população nas instituições educacionais e naquelas não vinculadas diretamente à política educacional, a qualidade dos serviços prestados no sistema educacional e da gestão democrática e participativa da população no campo educacional.

[...] A presença dos assistentes sociais, sobretudo, nas escolas, tem sido tomada como a presença de um profissional que possa contribuir com a ampliação do processo educacional em sentido amplo, ou seja, contribuindo para o acesso e a permanência das crianças e jovens na educação escolarizada, assim como para a extensão dessa convivência para outros membros da família, que por razões sociais diversas não concluíram ou experimentaram plenamente esta oportunidade. (ALMEIDA, 2005, p. 6 apud SILVEIRA, 2012, p.104-105).

Seguindo a lógica de Silveira (2012) a inserção do assistente social na educação superior não é diferente das outras bases de ensino, pois procuram contribuir para o ingresso, regresso e permanência dos envolvidos na área acadêmica e escolar, mas existem algumas especificidades que são diferenciadas. O aumento de assistentes sociais trabalhando na área de educação foi a partir de 1990, apresentado nos Congressos de Assistentes Sociais (CFESS, 2011, apud Silveira, 2012, p.103) com a necessidade do debate sobre quais atividades o profissional deveria desempenhar junto à política de educação.

[...] Desde então, essa discussão vem se configurando, enquanto demanda crescente aos profissionais de Serviço Social, produzida com significativos, e por que não dizer, desafiadores avanços, entretanto permeada por inúmeras incertezas, principalmente no que se refere à sua forma de inserção na Política Social de Educação, compreendendo suas mais diversas instâncias de concretização, ou seja, desde sua elaboração até a sua execução”. (CFESS, 2001, p. 7 apud SILVEIRA, p.103).

Uma demanda ao Assistente Social no âmbito da educação é a realização de estudos socioeconômicos. Damasceno (2013) cita Miotto (2009, p. 484), “o Serviço Social tem apropriação de realizar estudos socioeconômicos desde os primórdios da profissão, remotas desde o Método do Serviço Social de Caso. Para a autora, houve uma revolução nas formas de conceber os estudos socioeconômicos na categoria a partir do avanço do debate teórico metodológico dentro das bases da teoria social de Marx.” Sobre este redimensionamento Damasceno afirma:

Impõe uma nova lógica aos estudos socioeconômicos e eles passam a ser entendidos como ações significativas no processo de efetivação, garantia e ampliação de direitos fundamentais e no enfrentamento das expressões da “questão social”. Assim, exige-se a ampliação da ação profissional para além dos sujeitos singulares que serve de subsídio para as respostas coletivas às demandas que são “singulares”. (MIOTTO, 2009, p. 484 apud DAMASCENO, 2013 p.101).

Conforme Costantino (2015) a seleção socioeconômica como a principal demanda posta para o Serviço Social nos programas de assistência estudantil nas universidades é importante para mostrar as determinações presentes nesse espaço

sócio-ocupacional para o assistente social, como também das condições para o desempenho da prática profissional.

Relatar a atuação do assistente social no âmbito da educação apenas como um profissional em fazer a seleção de bolsas para os estudantes é restringir a profissão, sendo que é posta uma diversidade de demandas, e está não seria uma atribuição apenas do assistente social. O repasse de recursos limitados também dificulta o trabalho do profissional de serviço social, mas sabemos que foi esta expansão de vagas com demandas socioeconômicas que promoveram outros profissionais nas redes federais, um deles os assistentes sociais (Damasceno,2013).

Segundo Costantino (2015) para os assistentes sociais, a rotina do trabalho no processo de seleção socioeconômica é um peso, porque tem restrição de algumas atribuições e competências sendo que os afazeres dos profissionais são direcionados na maior parte para estas atividades e muitas vezes estabelecem retornos imediatos.

Constantino (2015) aponta que apesar do PNAES apontar diversas necessidades que devem ser atendidas para assegurar a permanência dos estudantes, a universidade de um modo geral concentra suas ações alguns serviços básicos como bolsas transporte, alimentação e moradia, e ainda assim enfrentam dificuldades para atender toda essa demanda em frente a recursos insuficientes, á uma diferença entre o discurso de democratização do acesso e as ações desenvolvidas para assegurar esse direito.

Conforme Silveira (2012), o assistente social é mais destacado entre outros profissionais que trabalham com a assistência estudantil, já que é o que se envolve mais em relação a esse programa. Entre as atribuições postas aos assistentes sociais está a seleção da distribuição dos benefícios estudantis, como o recebimento dos auxílios, sendo os procedimentos utilizados pelo profissional de instrumentos técnicos operativos que são as entrevistas, a visita domiciliar e a análise socioeconômica, e assim elaborar um parecer social, postas como uma das principais atribuições do assistente social.

A realização de estudos socioeconômicos para fins de benefício e serviços sociais é uma das competências do assistente social, de acordo com o Artigo 4º da Lei 8662/93 que regulamenta a profissão: “realizar estudos socioeconômicos com usuários para fins de benefício

e serviço sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (CRESS, 2009, p.19 apud Silveira, 2012, p. 115).

De acordo com Silveira (2012), apesar de não ser uma atribuição privativa do assistente social e sim uma competência profissional, e, além disso, como o executor principal que irá realizar a análise socioeconômica, a partir de uma análise documental, como meio de comprovar a situação do núcleo familiar.

Ainda, a execução destas análises socioeconômicas é permeada por dificuldades, pois o profissional muitas vezes não foi capacitado especificamente para esta atribuição, nem na academia, nem na instituição. Durante a análise documental, depara-se com documentos não tão comuns no cotidiano, alguns com necessidade de conhecimento avançado de economia, direito, matemática e administração para sua compreensão. Enfrenta, também, situações de má-fé por parte de alguns acadêmicos que burlam e omitem documentações importantes para o processo seletivo. (SILVEIRA, 2012, p.118).

Silveira (2012) pontua como algo importante que as análises não sejam feitas apenas por um assistente social, muito comum em várias universidades, mas de uma equipe interdisciplinar para contribuir com a qualidade do processo.

De acordo com Silveira (2012), no âmbito do ensino superior, o assistente social também é requisitado para o planejamento da política de assistência estudantil, pelo reconhecimento da profissão como um especialista em políticas públicas. Para tanto, se faz necessário que o profissional tenha conhecimento da política educacional, frente a este contexto neoliberal de reformas, também para planejar é importante à apropriação sobre toda legislação acerca da educação e assistência estudantil. Ainda é importante ter claro o perfil dos usuários da assistência estudantil, suas necessidades e expressões das questões sociais que permeiam seu cotidiano, garantindo êxito no planejamento de ações que realmente atendam as demandas e contribuam para a permanência.

Conforme Silveira (2012) e concordamos com a autora, a educação como espaço do trabalho do assistente social ainda é um campo a ser estudado como um grande desafio para a atuação de qualidade profissional.

2.2 – A Assistência Estudantil

Nesse item buscamos discutir a atuação do Assistente social na educação em especial na assistência estudantil, no próximo capítulo discutiremos a assistência estudantil e de como ela deve ser um mecanismo capaz de garantir possibilidades e condições justas de permanência para os estudantes no ensino superior.

Assistência Estudantil é uma ação do Estado que tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais apoiando à permanência de estudantes com baixa renda, contribuindo para um melhor desempenho acadêmico buscando assim medidas para combater situações como repetência e evasão. A assistência estudantil é um plano que se efetiva por meio de programas e projetos, por benefícios sociais e acompanhamento aos alunos.

Ao iniciar a discussão sobre a assistência estudantil, é importante termos clareza que apenas a oferta da vaga não é suficiente para alunos oriundos de famílias pertencentes às camadas economicamente baixas da sociedade conseguirem cursar uma instituição escolar. Assim, faz-se necessária uma política de permanência que possibilite uma assistência a esse estudante, a fim de que ele possa permanecer na universidade e concluir o curso.

A educação é uma importante ferramenta de desenvolvimento social, e através dela, é possível uma mobilidade e mudança social. Por essa razão, é importante o governo prover recursos e incentivar a formação dos estudantes. Considerando que a política pública é formada por um conjunto de diretrizes afiançadas por lei que possibilita a promoção e garantia dos direitos do cidadão, a assistência estudantil que se concretiza por meio dos serviços sociais se evidencia como uma política de direito, portanto não devendo ser entendida como assistencialismo, corporativismo ou caridade.

Embora tenham como finalidade destinar recursos e mecanismos para que os estudantes possam permanecer na universidade e concluir seus estudos, essas políticas não devem se voltar apenas para a parte econômica, devendo também ser trabalhadas em consonância com aspectos pedagógicos e psicossociais, ou seja, a

partir de uma “política pública de assistência estudantil não apenas voltada para as questões de subsistência material, mas também preocupada com as questões emocionais, pensando o indivíduo como um todo” (GONÇALVES, 2008, p. 31).

A assistência deve ser um mecanismo capaz de garantir condições justas de permanência no ensino superior, criando possibilidades para que alcancem a conclusão do curso, oportunizando maiores chances de reduzir a desigualdade social e acreditando que a Universidade tem a tarefa de formar agentes culturais mobilizadores que usem a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania (ALVES, 2002).

Faz-se importante esclarecer que assistência estudantil é diferente de assistência social, pois estas, apesar de serem similares em alguns pontos, como a seletividade no atendimento, são duas políticas sociais diferentes, com regulamentações e objetivos específicos. Enquanto a assistência estudantil tem como propósito a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal (BRASIL, 2007), a política de assistência social “visa prover os mínimos sociais, por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).

Tendo presente essa dinâmica do surgimento das universidades e da assistência estudantil, observou-se, na literatura de contextura histórica, que a primeira prática de auxílio ao estudante no Brasil ocorreu durante governo de Washington Luís em 1928, que incentivou a construção da Casa do Estudante Brasileiro que ficava em Paris, sendo responsável por repassar as verbas necessárias tanto para a edificação das estruturas como para a manutenção da casa e dos alunos. Portanto, isso vem demonstrar que a assistência estudantil, nesse período histórico, estava voltada para o atendimento das necessidades dos filhos da elite brasileira, já que era esse perfil que tinha acesso ao ensino superior como visto em tópicos anteriores.

Getúlio Vargas, ao assumir a presidência do país, iniciou uma reorganização da sociedade brasileira, valorizando questões relacionadas à educação e entendendo que a reforma educacional era uma das medidas

emergenciais a serem tomadas, buscando a formação de uma política nacional de educação. Em 1931, buscou-se a organização de uma política nacional de educação com diretrizes gerais e subordinação dos sistemas estaduais. Cabe destacar que, nessa época, ocorreu a primeira manifestação de reformar o ensino superior e, conseqüentemente, a primeira tentativa de regulamentar a assistência para estudantes nesse grau de ensino.

Desta forma, destacam-se dois importantes Decretos promulgados no Brasil, que tiveram influência sobre a educação superior no reatamento dos dias atuais: o primeiro refere-se à criação do Conselho Nacional de Educação pelo Decreto nº 19.850 de 1931, que privilegiava o sistema universitário em detrimento das escolas superiores isoladas. Em 1934, a assistência estudantil foi regulamentada, no artigo 157 da Constituição Federal, desse mesmo ano, inciso §2º: "Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária" (BRASIL, 1934).

Nesse momento histórico, houve a criação de IES sob o *status* de universidade, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro (Universidade do Brasil, transformada na atual UFRJ) e Rio Grande do Sul (Universidade de Porto Alegre, transformada na atual UFRGS). Essa tendência seguiu pela década de 1940, com a criação de universidades em vários estados e a fundação de Universidades Católicas (PUCs). Retoma-se ainda o Decreto nº 19.851/1931, que instituiu o Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras, o qual veio acompanhado pelos processos de industrialização e urbanização que influenciaram diretamente no aumento da demanda por educação e, por conseguinte, para que o Estado interviesse nessa área através do aumento da oferta de vagas em todos os níveis de ensino.

Na Constituição de 1946, a Educação é apontada no artigo 166, como um direito de todos, e a assistência estudantil se torna obrigatória para todos os sistemas de ensino, através do artigo 172: "Cada Sistema de Ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar" (BRASIL, 1946).

Em 1961, a UNE realiza, em Salvador, o Seminário Nacional de Reforma Universitária com intuito de debater o conteúdo sancionado por essa lei, que

resultou na Declaração da Bahia. Esse documento solicitava que as universidades fossem um espaço pluralizado, por meio da criação de cursos acessíveis para todos. Ainda no mesmo ano foi promulgada a LDB de 1961, que estabelecia, no artigo 90, a assistência social, médico odontológico e de enfermagem aos alunos, e, no artigo 91, a oferta de bolsas gratuitas aos educandos para custeio total ou parcial dos estudos, com financiamento para reembolso no prazo de quinze anos. (www.une.org.br)

Conforme Lima (2002), somente após a reativação da União Nacional Estudantil – UNE, e o fim do Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, que proibia a existência da UNE, a luta pela assistência estudantil, principalmente marcada pela luta pela Pró-Moradia Estudantil, foi retomada, tendo como marco representativo a realização do 1º Encontro de Casas de Estudante, em 1976, no Rio de Janeiro.

Os benefícios conferidos aos estudantes, nessa época, não tinham um caráter expressivo que repercutisse na sua permanência. Também não havia um projeto de âmbito nacional que tratasse da assistência estudantil e, conseqüentemente, da manutenção dos jovens na universidade, sendo este contexto de um acesso bastante restrito dos jovens ao ensino superior.

No final da década de 1970 e início de 1980, o governo passou a efetivar ações relacionadas à política de assistência estudantil, todavia, sua maior preocupação girava em torno de políticas que abrangessem o ensino fundamental e médio. Um exemplo disso foi a aprovação pelo MEC, em 1983, da Fundação de Assistência ao Estudante, que servia como um instrumento para o Ministério da Educação e Cultura executar a Política Nacional de Assistência ao Estudante, em níveis da educação pré-escolar e de 1º e 2º graus. (COSTA, 2009)

As primeiras discussões sobre a importância da permanência dos universitários nas Instituições aconteceu em meados da década de 1980 com o FONAPRACE através das articulações entre as IES, na busca do estabelecimento de uma política nacional voltada à comunidade acadêmica. Nessa mesma época foi criada a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), sendo o FONAPRACE órgão assessor da Andifes.

A ANDIFES é a representante oficial das universidades federais, sua intermediação é com o governo federal, com as associações de professores, de

técnico-administrativos, estudantes e com a sociedade em geral, tendo sido fundada em 23 de maio de 1989.

Os coordenadores do FONAPRACE propõem o fortalecimento das políticas de assistência ao estudante onde tem como objetivos:

- formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e ofornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional;
- assessorar permanentemente a Andifes;
- participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém;
- promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados. (FONAPRACE/ANDIFES).

Os responsáveis pelo FONAPRACE defendem a ideia de garantir, oportunizar e democratizar o acesso aos estudantes de baixa renda dentro das instituições, sabendo que é necessário criar condições concretas para a permanência e formação de qualidade desse público. Em 2007 por meio de duas pesquisas conseguiram organizar dados dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que contribuíram para a definição dos indicadores socioeconômicos que fortaleceram o processo de aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) instituído em 12 de dezembro de 2007 pela Portaria Normativa nº 39 do MEC.

Esse documento foi elaborado pelo FONAPRACE, o qual, por muitos anos, vinha discutindo em pautas nacionais, a importância da assistência estudantil no decorrer da vida acadêmica e também como um recurso fundamental na incorporação dos estudantes de baixa renda no processo de democratização da universidade pública e gratuita. Portanto, esse documento representa a luta coletiva de grupos organizados (FONAPRACE, UNE, ANDIFES) na consolidação da assistência estudantil em âmbito institucional e o reconhecimento legal enquanto política pública de direito.

O PNAES é o programa queregulamenta a Assistência Estudantil, regulamentado pelo Decreto nº 7234/2010 em 19/07/2010, e suas determinações abrangem as Universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ele prevê assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte,

saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, ficando cada universidade com autonomia para executar essas ações como também acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Nesta mesma data também foi aprovado o Decreto nº 7.233, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária e, por consequência, sobre a mudança de rubrica e a possibilidade de transferir recursos de um exercício para outro. E, por fim, a promulgação do Decreto nº 7.416 de 30 de dezembro de 2010, que trata da concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária por instituições federais. Em suma, as concessões dessas bolsas de permanência visam estar em harmonia com o plano de assistência estudantil, considerada a especificidade das demandas acadêmicas geradas pela vulnerabilidade social e econômica dos estudantes.

Os critérios de seleção são definidos de acordo com a realidade de cada instituição, levando em consideração o perfil socioeconômico, estabelecendo um público-alvo que vão vir a serem alunos com um quadro de vulnerabilidade socioeconômica.

Para realizar essas avaliações são necessários estudos socioeconômicos do qual se utilizam de critérios de informações prestadas por cada aluno, comprovando das mesmas por meio de documentação. O Decreto nº 7234/2010 avalia como prioridade para atendimento o estudante procedente de escolas públicas e com renda *per capita* familiar inferior a 1½ salário-mínimo.

Para o funcionamento dessa engrenagem, será necessário um acréscimo de 70% dos gastos per capita no ensino público, a fim de atingir US\$ 2.855 até o ano de 2020, para que o país possa cumprir uma das principais metas do PL do PNE, em que responsabiliza a União, Estados, Distrito Federal e Municípios a elevarem o investimento público em educação dos atuais 5% do Produto Interno Bruto (PIB) para 7% em uma década. ([www.http//portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br))

Em 1996 na Lei de Diretrizes e Bases é reafirmada a assistência estudantil como ação indispensável para a garantia do acesso e permanência dos estudantes de condições desfavoráveis. Na Constituição de 1988 os direitos sociais são regulamentados no artigo 6º com a aprovação da Constituição Federal prevendo a educação como uma delas, passando a ser entendida como um direito de todos e um dever do Estado de provê-la.

Segundo Silveira (2012) às novas necessidades de implantar políticas de assistência estudantil surgiram no momento que a educação superior se expandiu no processo de ampliação de acesso à inclusão a partir de novas universidades e novas vagas com estímulo de políticas de ações afirmativas. Ou seja, um novo perfil de estudantes entrando nas universidades federais brasileiras colocando a assistência estudantil como uma necessidade cada vez mais necessária. Afirmando cada vez mais que não adianta somente a inclusão de alunos de baixa renda se não houver a garantia de que eles possam terminar a universidade.

O investimento em educação é certamente um dos gastos sociais feitos pelos governos que surte maiores resultados e também faz o país crescer, incluindo resultados bastante positivos, mesmo que sejam de médio a longo prazo, como é a questão da diminuição do analfabetismo e da pobreza extrema, já que reverterem em pessoas mais instruídas e produtivas. Na mesma via, acredita-se que a questão tanto do acesso como da permanência dos alunos no ensino superior possibilita não apenas a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos como também do povo em geral. Além disso, estimula o desenvolvimento da economia e da cultura, como é o caso do Brasil, onde há grandes discrepâncias sociais. Nesse sentido, as IFES revelam sua importância ao afirmar a política educacional na busca em atender as necessidades sociais, econômicas, psicológicas e psicopedagógicas dos alunos que ingressam nas universidades e demandam suas necessidades aos setores responsáveis em fomentar condições de aproveitamento acadêmico.

A assistência estudantil precisa ser entendida como parte dessa política educacional, assegurando uma educação diferenciada onde o acesso deve se estender igualmente em todos os segmentos sociais, ajudando a superar esse desequilíbrio de diferença social entre a população.

Outra parte importante dessa estrutura da educação superior é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), um sistema de avaliação das instituições de nível superior, dos cursos e o desempenho dos estudantes, que entrou em vigor em 14/04/2007 com a Lei 10.861, onde reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Essas informações são utilizadas para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para fundar novas políticas públicas. Quem coordena o SINAES é a Comissão

Nacional de Avaliação da Educação Superior(CONAES). A operacionalização tem como responsável o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), um dos órgãos governamentais responsáveis por apresentar dados referentes à educação superior, e que revelam que a ampliação expressiva do número de vagas ofertadas nas universidades federais, no Brasil, no ano de 2008, representa um contingente de 3,84% de vagas ociosas (ou seja, 5.807 vagas).

O Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) como a União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveram debates para discutir a assistência estudantil nas IFES do Brasil, visando ao estabelecimento de políticas nacionais voltadas para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos de graduação, principalmente, para alunos oriundos de camadas sociais de baixa renda. Também era comum ser evocada a dificuldade das 142 IFES em manter os alunos na instituição e, por isso, era salientada a importância da assistência estudantil, corroborada pelo pressuposto de que era necessário que as universidades públicas passassem por um processo de democratização do ensino para, acima de tudo, incorporar estudantes de baixa renda. Como processo de fundamentação desses pressupostos, o FONAPRACE se utilizou da estratégia de realizar pesquisas de caráter sistemático em que a realidade nacional das IFES pudesse ser mapeada. Os resultados permitiram que fossem propostas ações assistenciais que visassem à permanência e a conclusão dos cursos de graduação e que diminuíssem o número de retenção de vagas e evasões. Assim, a persuasão e difusão de ideias entre grupos de interesses fizeram com que a assistência estudantil entrasse na agenda governamental das políticas públicas, sendo que foi apenas com o surgimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que a assistência estudantil passou a ser adotada pelo MEC como uma política.

A educação se encontra sob as leis do mercado que são reguladas pelos organismos internacionais e, por isso, precisam ser rentáveis. Talvez aqui se encontre uma das justificativas para as restritas ações governamentais de manutenção das políticas públicas assistenciais voltadas para o atendimento de estudantes de ensino superior. Por este prisma, as IES se esforçam em associar a qualidade do ensino à eficácia da política de assistência estudantil, não apenas no

âmbito da moradia, transporte e alimentação, mas também na proposição do atendimento e acompanhamento de alunos em situação de vulnerabilidade psicológica, psiquiátrica, pedagógica e social, garantindo minimamente desenvolvimento acadêmico.

[...] A discussão sobre a assistência estudantil é de grande relevância, o Brasil é um dos países em que se verificam as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito, e de outro, como investimento. (ARAÚJO, 2003 apud ILZA MARIA DA SILVA ALVES, 2010).

Neste contexto a Assistência Estudantil se insere como estratégia do Estado democrático, que surge na educação como garantia dos direitos e não como privilégio de um pequeno grupo, para garantir a permanência dos estudantes que precisam da intervenção de programas para concluir o curso com as mesmas oportunidades. O PNAES tem como finalidade prover os recursos necessários aos estudantes de baixa condição socioeconômica, para que esses possam desenvolver plenamente sua graduação e possuir um bom desempenho curricular, dessa forma minimizando o percentual de abandono, trancamento de matrícula e evasão nos cursos de graduação. Sendo assim, a assistência estudantil como uma política de educação deve se voltar não apenas para as questões de ordem econômica, como auxílio financeiro para que os indivíduos possam realizar as atividades diárias na instituição, mas também devem ser destinadas aos aspectos sociais, pedagógicos e psicológicos. Em consonância com o FONAPRACE, a política de assistência estudantil faz parte do processo educativo como um todo que conseqüentemente articula-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Quando permeadas essas três dimensões, viabiliza-se o caráter transformador da relação universidade e sociedade. Desta forma, inserir o PRONAE nas “práxis acadêmica e entendê-la como um direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado” (ANDIFES, 2001, p. 5).

Portanto, levar os direitos dos usuários dos programas da assistência estudantil a sério, implica, ao mesmo tempo, um compromisso com a integração social e a obrigação com a distribuição de renda de forma mais justa aos grupos mais vulnerabilizados. O contrário disso nada mais é que um equívoco no entendimento e atuação profissional/institucional em condicionar o direito como se fosse uma caridade dos programas e políticas estatais.

A ANDIFES e o FONAPRACE nessa direção realizaram estudos e pesquisa sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES brasileiras, com o objetivo de construir uma política de assistência. A primeira pesquisa foi em 1997, onde teve por finalidade buscar indicadores para formular políticas que fossem eficazes neste contexto da dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Uma política capaz de evitar situações como evasão e retenção, buscando indicadores para acesso a assistência estudantil.

O perfil do estudante foi uma pesquisa de importante referência, para a definição de várias políticas e ações dentro das instituições, pois através dela poderemos avançar nas políticas de inclusão, discutindo, ampliando e melhorando distribuir os recursos para assistência estudantil. Todas as edições da pesquisa tiveram como norte atualizar informações e identificar novos parâmetros para se basear em novas políticas, programas e projetos desenvolvidos nas universidades, especialmente para melhorar o plano de assistência estudantil, especialmente em relação à expansão dos benefícios para estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Foram pesquisadas 63 universidades federais, reunindo uma grande base de dados, mostrando que houve mudanças no perfil dos alunos dentro das instituições federais. Conforme mostra a pesquisa não há mais a concentração de somente estudantes de camadas sociais ricas estudando nas instituições federais de ensino. Segundo os dados de 2010, 34,71% tinham uma renda familiar bruta maior que seis salários mínimos, e 24,61% tinham renda de mais de três e menos de seis salários mínimos e por último 40,66% tinham renda de até três salários mínimos.

Na pesquisa ainda é apontada que em 2014 a porcentagem de cada uma das faixas salariais no total de estudantes de graduação foi de 23,86% para os mais

ricos, 24,72% para os da faixa intermediária, e 51,43% para os estudantes pobres. *“De acordo com estimativas feitas pela Andifes, em 2014, mais de dois terços dos graduandos tinham renda per capita de até um salário mínimo e meio, ou seja, são alvo das políticas de assistência estudantil das universidades e institutos.”*(UNIFAL, 2016).

“Com a forte expansão do total de alunos e as significativas mudanças em seu perfil (...), esse número é a expressão do desafio que as Políticas de Assistência Estudantil das IFES têm a sua frente”, afirmou a associação, no estudo. Para garantir recursos que promovam a permanência dos estudantes que ingressaram nas instituições, o FONAPRACE defende a transformação em lei federal de um decreto de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). *“Entendemos que para que a educação seja um direito de todos e todas, a assistência estudantil também deve sê-lo”,* afirmou Prof. Leonardo Barbosa, coordenador do fórum. (UNIFAL, 2016).

Diante da situação socioeconômica e educacional que enfrenta o país e, que reflete nas IFES (Instituições Federais de Ensino), tem-se cada vez mais a presença dessa parcela da sociedade demandando aos programas e serviços de assistência estudantil, o que vem de certa forma, possibilitando contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e, conseqüentemente, para reduzir a retenção e evasão escolar.

Ações afirmativas

Conforme Filho (2012) às ações afirmativas tem por objetivo proporcionar igualdade de condições de acesso para grupos socialmente marginalizados, vindo no sentido da efetivação dos direitos sociais e como resultado de um processo de conquistas sociais de vários grupos como de negros, mulheres, jovens, nordestinos, homossexuais, quilombolas, entre outros.

Os programas se inserem neste novo contexto de mobilizações, debates e ações do Estado em favor de políticas de promoção da efetiva igualdade que vão de encontro com os direitos humanos. Levantar questões sobre ações afirmativas requer o entendimento dos efeitos para a análise da efetivação do princípio na equidade.(FILHO,2012).

As legislações que acompanham as ações afirmativas são:-Lei nº12.711\12, Portaria Normativa nº18 e Decreto 7824

A lei 12.711\12 de 29 de agosto de 2012 é uma política de ações afirmativas para a reserva de vagas, visando aumentar o acesso às instituições de ensino superior as IFES, uma medida para tentar combater as desigualdades históricas.

No ano de 2016 a lei obriga que 50% das vagas (cotas) sejam reservadas para estudantes que concluíram o ensino médio em redes públicas de ensino. Sendo divididas da seguinte maneira:

- 25% para estudantes cuja família tenha renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimo mensais por pessoa;
- 25% renda igual ou superior a 1,5 salários mínimos mensais.

Nos dois casos será considerado o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, levando em consideração o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A portaria Normativa nº 18/2012 do Ministério da Educação, é a que estabelece os conceitos básicos para aplicação da lei, prevendo as modalidades das reservas de vagas e as fórmulas para os cálculos, onde também fixa as condições para concorrer às vagas reservadas e estabelece a sistemática de preenchimento das vagas reservadas.

Os critérios de raça e renda serão declarados da seguinte maneira:

- Raça: será autodeclaratório (como ocorre no censo demográfico e em toda política de afirmação no Brasil).
- Renda: será comprovada por documentação, de acordo com as regras estabelecidas por cada instituição e recomendação de documentos mínimos pelo MEC.

O decreto nº 7824 é quem regulamenta a Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012, onde dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Segundo o portal MEC, o governo federal irá garantir a permanência dos estudantes cotistas na universidade reforçando o programa nacional de assistência estudantil (PNAES) que em 2013 foram investidos R\$600 milhões em assistência estudantil. Onde a lei será acompanhada pelo cargo de um comitê composto por representantes dos Ministérios da Educação, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e da Fundação Nacional do Índio (Funai), com a participação de representantes de outros órgãos e entidades e da sociedade civil.

As ações afirmativas, de acordo com a Lei 12.711/12, serão divididas em 4 grupos:

a) Candidatos com renda familiar bruta por pessoa igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

b) Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta por pessoa igual ou inferior a 1,5 salários mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). (Lembrando que nessa modalidade não é necessária qualquer comprovação da etnia ou cor de pele, pela inscrição neste grupo já é entendida como a autodeclaração.)

c) Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

d) Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). (Os candidatos que estudaram com bolsa integral em escolas particulares não se enquadram nos grupos de escola pública.)

2.3 Características e particularidades da Assistência Estudantil na Universidade Federal de Ouro Preto

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi fundada no dia 21 de abril de 1969 na cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais através do Decreto Lei nº 778, uma fundação de Direito Público com a junção das duas centenárias Instituições de Ensino Superior: a Escola de Farmácia (1839) e a Escola de Minas (1876), desde então a universidade vêm se expandindo com a criação de novos cursos e vagas. Um importante marco na história da UFOP foi a expansão do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão).

Conforme explicitado no Capítulo I, o REUNI é um programa do Governo Federal que expande o ensino superior gratuito, onde foram possíveis a criação de novos cursos, tendo hoje sido ofertadas 42 cursos de graduação, 38 presenciais e 4 a distância, e na pós-graduação foram ofertados 22 cursos de mestrado, 9 de doutorado e 3 especializações a distância, contando em torno de 15 mil alunos, aproximadamente 800 técnicos administrativos e cerca de 800 professores, entre eles efetivos e substitutos.

Em 1993, é criada a Coordenadoria de Assuntos Comunitários (CAC) que passará a estruturar todos os programas de assistência, antes pulverizados em ações díspares. A primeira pesquisa do perfil dos alunos da UFOP, realizada em 1994, é um marco na consolidação dos programas de assistência estudantil, pois forneceu dados concretos das reais necessidades em relação à ampliação e implantação de novos programas. A partir de novas pesquisas (Perfil do Aluno - 1996 e 2004) a CAC foi se consolidando enquanto instância deliberativa e executora das políticas de assistência, atuando de forma interdisciplinar com a Pró-reitoria de Graduação e a Coordenadoria de Gestão de Pessoas, localizada na Pró-reitoria de Administração (PROAD). O serviço de assistência à comunidade universitária tinha como missão possibilitar condições de acesso e permanência aos estudantes, e de ações voltadas aos servidores através dos serviços e programas existentes, realizados de forma integrada e pactuada tendo como eixo norteador o conceito de “equidade social”.

A adesão da UFOP ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), elevou a importância da destinação dos recursos específicos para a assistência estudantil, favorecendo a criação de uma Pró-Reitoria, a Pró-reitora Especial de Assuntos Comunitários (PRACE) para execução dos serviços neste âmbito.

A PRACE foi criada, inicialmente, através da Portaria Reitoria Nº 206, de 08 de maio de 2008. Em 20 de dezembro de 2012, em reunião do Conselho Universitário (o órgão máximo deliberativo), o estatuto da UFOP foi alterado em seu artigo 17 com a inclusão do inciso XIX que instituiu a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários Estudantis.

Desta forma os programas de assistência estudantil são atividades continuadas que visam à melhoria da vida acadêmica dos estudantes de graduação e pós-graduação da UFOP, na modalidade presencial, e têm como objetivos equalizar oportunidades aos estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis, bem como viabilizar acesso a direitos sociais básicos, como alimentação, transporte e moradia, e incentivar ações de cunho psicossocial e socioeducativo que visem sua integração à vida universitária.

Assim, tais programas e serviços devem, de forma geral, proporcionar ao estudante condições de acesso e permanência a uma formação técnico-científica, humana e cidadã de qualidade, promover a redução da evasão e da retenção escolar, principalmente quando determinadas por fatores socioeconômicos, primar pelo respeito aos padrões técnicos, pela eficiência e celeridade nas execuções e avaliações e zelar pela transparência na utilização dos recursos e critérios de atendimento. A Universidade possui outros projetos além do Bem-vindo Calouro, como Avalie seu Consumo e Sou mais Juventude.

A PRACE, atualmente, oferece três modalidades de assistência ao estudante:

- Moradia;
- Alimentação;
- Permanência.

Os programas e serviços são destinados aos estudantes de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), na modalidade presencial, da Universidade

Federal de Ouro Preto (UFOP).³ Atualmente a PRACE está estruturada em três coordenadorias que abarcam tais modalidades:

- ✓ Coordenadoria de Restaurantes;

Os restaurantes podem ser acessados por qualquer estudante e servidor da UFOP, o custo das refeições é no valor de três reais e o cardápio pode ser acompanhado no site da Universidade. As formas de acesso são pela carteirinha do estudante os créditos podem ser comprados nas lanchonetes dos campi, já os estudantes que possuem bolsa- alimentação recebe esses créditos automaticamente, não precisando comparecer a Prace todo início de mês.

O programa Bolsa-Alimentação tem por objetivo proporcionar acesso subsidiado aos restaurantes universitários para alunos na modalidade presencial dos três campus.

A bolsa é concedida através de depósito mensal de créditos correspondentes à bolsa na carteira de identidade estudantil do bolsista, excluídos os períodos de férias e recessos acadêmicos. Os créditos correspondentes à bolsa são válidos apenas para o mês em curso, não acumulando para o mês seguinte.

Os créditos atribuídos a cada bolsista são definidos de acordo com o calendário de funcionamento dos restaurantes universitários e com a categoria de classificação do bolsista, da seguinte forma:

Categoria A: créditos correspondentes a gratuidade total, para almoço e jantar.

Categoria B: créditos correspondentes a 75 % de gratuidade, para almoço e jantar.

Categoria C: créditos correspondentes a 50% de gratuidade, para almoço e jantar.

Categoria D: créditos correspondentes a 25% de gratuidade, para almoço e jantar.

Para utilização do benefício, é obrigatória a apresentação da carteira de identidade estudantil nos Restaurantes Universitários da UFOP.

³Disponível em: <http://www.ufop.br/> Acesso em: 13 abril, 2017.

✓ Coordenadoria de Saúde;

O Centro de Saúde é formado por profissionais da rede municipal de saúde e da Universidade Federal de Ouro Preto, conforme convênio entre a Universidade e a Prefeitura de Ouro Preto. O atendimento tem como finalidade prestar assistência qualificada na prevenção de doenças e voltada para a promoção de hábitos de vida saudáveis. O centro de saúde também é campo de estágio para alunos de alguns cursos, como Farmácia, Nutrição, Serviço Social e Medicina e ainda conta com alunos de outros cursos inseridos em programas e projetos desenvolvidos na Unidade. Para o agendamento de horários para consultas médicas é feita pessoalmente e para os outros atendimentos pode ser por telefone ou e-mail.

A coordenadoria de Saúde possui a área médica, nutricional, psicológica, odontológica e enfermagem, além de contar com uma farmácia escola e outros projetos. Ela fica localizada no campus Morro do Cruzeiro em Ouro Preto.

✓ Coordenadoria de Assistência Estudantil.

No próximo item nos dedicaremos a explicitar as ações que são desenvolvidas pela PRACE em relação à assistência estudantil.

2.3.1- Avaliação Socioeconômica

A avaliação socioeconômica objetiva a estratificação dos estudantes de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), na modalidade presencial, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), para o acesso aos programas assistenciais, de bolsas e de moradia, administrados pela Pró-Reitoria Especial de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), conforme expressos na Resolução CUNI/UFOP nº 1380, que prevê cinco categorias socioeconômicas: quatro com direito de acesso aos programas de assistência estudantil, em modalidades diferentes, e uma sem direito.

Trata-se de uma metodologia de natureza multidimensional, composta por sete indicadores, organizados em cinco grupos: a renda (grupo A), os bens

patrimoniais (grupo B), o status ocupacional (grupo C), o tipo e a condição de moradia da família e do estudante (grupo D) e a procedência escolar do estudante (grupo E).

A avaliação socioeconômica classifica os estudantes nas categorias A, B, C, D, E, que definem as formas de acesso aos programas. O acesso às bolsas é regulamentado pela resolução CUNI 1380/2012. Essa resolução prevê cinco categorias socioeconômicas:

Categoria A – 100%: estudantes com alto grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório;

Categoria B – 75%: estudantes com dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório;

Categoria C – 50%: estudantes com médio grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório;

Categoria D – 25%: estudantes com baixo grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório;

Categoria E – sem perfil de acesso: estudantes que não possuem dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório.

Para solicitar sua avaliação o estudante deve realizar os seguintes procedimentos:

1. Acessar a plataforma MINHA UFOP/ Atualizar dados do aluno;
2. Escolher a opção Cadastro para Programas de Assistência Estudantil-CPAE;O CPAE é a ferramenta utilizada pelos assistentes sociais da UFOP, contendo informações preenchidas pelos estudantes, que servirão de base para o desenvolvimento das avaliações socioeconômicas e pareceres sociais.
3. Preencher o questionário socioeconômico;
4. Aguardar resultado prévio da avaliação socioeconômica, comunicado por e-mail;

5. Entregar documentação solicitada na unidade da Prace correspondente ao campus (Ouro Preto, Mariana e João Monlevade) do curso do estudante;
6. Aguardar resultado final da avaliação socioeconômica ou solicitação de documentação pendente ou complementar, comunicado por e-mail e pela plataforma CPAE;
7. Caso tenha sido classificado nas categorias A, B, C e D, acessar a plataforma CPAE e solicitar as bolsas desejadas;
8. Aguardar confirmação da aprovação das bolsas, comunicada por e-mail e pela plataforma CPAE.

As avaliações são realizadas de acordo com a ordem de entrada da documentação nas unidades da PRACE, e são concluídas em até 60 dias contados a partir da data de entrega. Caso seja solicitado documentos pendentes ou complementares o prazo é de novamente 60 dias a partir da entrega dos mesmos solicitados.

2.3.2- Área de Bolsas

O Programa de Assistência Estudantil abarca três modalidades: bolsa-alimentação; bolsa-permanência e auxílio moradia. Sendo o ingresso nos programas efetuado através de avaliação socioeconômica e o critério para manutenção dos benefícios coeficiente semestral igual ou maior que 5,0.

- I. **BOLSA ALIMENTAÇÃO:** Concessão de bolsas integrais e parciais (25%, 50%, 75% e 100%), na forma de créditos lançados mensalmente na carteirinha de estudante, cuja utilização destina-se à alimentação dos alunos nos Restaurantes Universitários. O critério utilizado para seleção dos alunos beneficiados é o socioeconômico. Os alunos de graduação, que estejam regularmente matriculados, podem requerer o benefício em qualquer período.
- II. **BOLSA PERMANÊNCIA:** Concessão de uma bolsa no valor integral ou parcial (25%, 50%, 75% e 100%), de R\$ 300,00 ao aluno que esteja em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica.

- III. AUXÍLIO MORADIA: A forma de classificação é critério socioeconômico regulado por edital específico, publicado semestralmente, de acordo com a liberação das vagas, isto tanto para os quartos individuais, quanto para os apartamentos.

2.3.3- Área de Orientação Estudantil

Programas:

- Caminhar: O programa de bolsa-alimentação gerido pela Pró-Reitoria Especial de Assuntos Comunitários e Estudantis - PRACE é regulamentado pela Resolução CUNI 546/2002. Em seu artigo 4º, alínea b, essa resolução determina que a continuidade da bolsa-alimentação é condicionada à obtenção de coeficiente de rendimento semestral superior a 6.0. Considerando a necessidade de se cumprir a regulamentação da bolsa-alimentação e ciente de que a trajetória acadêmica dos estudantes pode ser atravessada por adversidades, a PRACE criou o Projeto Caminhar. Esse projeto visa diagnosticar a situação acadêmica dos bolsistas, realizar análises e, quando necessário, realizar intervenções que precedem ao cancelamento da bolsa-alimentação. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que propicia aos bolsistas uma oportunidade de reflexão sobre a importância do rendimento satisfatório, não só para a continuidade da bolsa, mas para toda sua vivência acadêmica.

O Projeto Caminhar pauta suas atuações de diagnóstico, intervenção e encaminhamento nos critérios descritos abaixo:

Convocação para entrevista de avaliação da situação acadêmica:

- 1 período com coeficiente semestral inferior a 4.0;
- 2 períodos consecutivos com coeficiente semestral entre 4.0 e 5.9.

Cancelamento da bolsa-alimentação:

- 3 períodos consecutivos com coeficiente semestral inferior a 5.0.

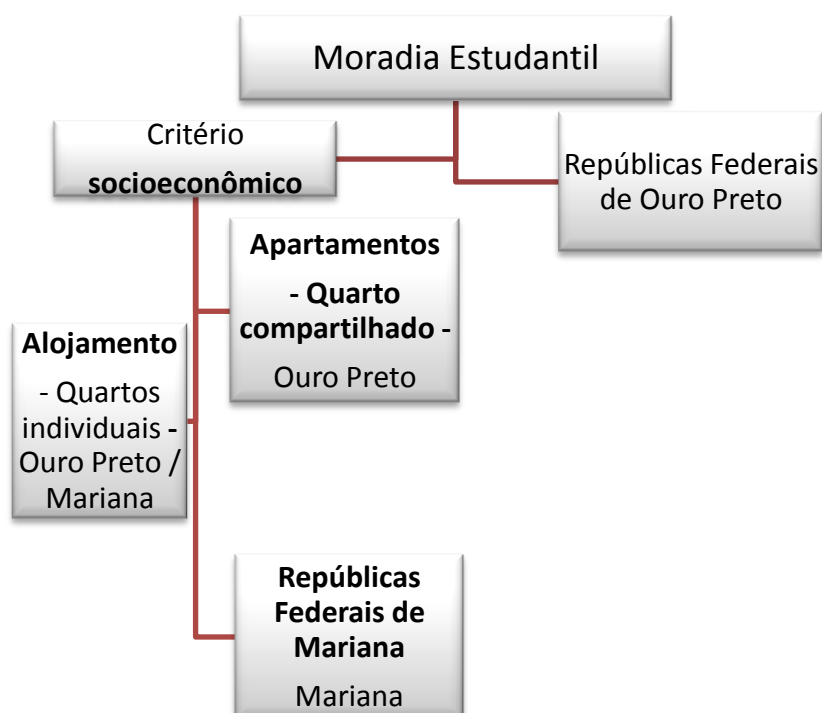
Retorno ao programa de bolsa-alimentação após cancelamento: o discente que tiver a bolsa-alimentação cancelada poderá retornar ao programa quando

obtiver coeficiente de rendimento semestral igual ou maior que 5.0 e for aprovado em nova avaliação socioeconômica.

2.3.4- Área de Moradia

O estudante pode concorrer às vagas em qualquer momento do curso. O acesso ocorre de acordo com classificação socioeconômica, sendo aberto edital semestralmente nas páginas da PRACE e da UFOP. Com base na sistematização dos programas e projetos que vêm sendo desenvolvidos pela UFOP, pode-se constatar que estes apresentam similaridades e, especialmente, revelam o atendimento de demandas junto a um conjunto articulado de políticas, o que caracteriza a complexidade da política e a necessidade de garantia da sua implementação.

A moradia se estrutura da seguinte forma:



Moradias com critério socioeconômico:

- Apartamentos: 96 vagas divididas em 24 apartamentos localizados no campus de Ouro Preto;
- Alojamento: composto por 64 quartos individuais localizados no Centro de Convergência, no campus Morro do Cruzeiro, cuja seleção é feita por processo de avaliação socioeconômica e entrevista com a equipe da PRACE (Assistente Social e Psicóloga) sendo que o ingresso do aluno no alojamento se dá a partir do momento do surgimento da vaga.
- Repúblicas Federais de Mariana: 84 vagas distribuídas em sete casas localizadas em Mariana próxima ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS).
- Repúblicas Federais Ouro Preto: São 58 repúblicas federais localizadas em torno do campus Morro do Cruzeiro e espalhadas pelo centro histórico de Ouro Preto, a seleção das casas é por autogestão, onde cada casa têm seu regimento interno, os critérios de seleção duram em torno de três meses.

CAPÍTULO III- O PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DENTRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Ao iniciar a discussão sobre a assistência estudantil, é importante termos clareza que apenas a oferta da vaga não é suficiente para alunos oriundos de famílias pertencentes às camadas economicamente baixas da sociedade conseguirem cursar uma instituição escolar, pois essa nova situação acaba gerando gastos com os quais a família não tem condições financeiras de arcar e que se não houver uma política social efetivada, provavelmente poderá acarretar o abandono por parte do aluno. Assim, faz-se necessária uma política de permanência que possibilite uma assistência a esse estudante, a fim de que ele possa permanecer na universidade e concluir o curso.

O plano de assistência estudantil na UFOP tem por objetivo disponibilizar as condições de acesso, de permanência e de conclusão dos estudantes em condições de vulnerabilidade social. Os profissionais têm como prioridades estudantes cuja família tem uma renda per capita de 1,5 salários-mínimos. A vulnerabilidade social é analisada através de estudos socioeconômicos feitas pelos assistentes sociais para vincular os estudantes ao plano, indo além de um corte de renda, ela leva em consideração indicadores como: a situação de moradia, posse de imóveis além da moradia, a situação familiar, a renda do estudante e sua família, veículos, a profissão\encargo de cada integrante da família ou do estudante e um certo capital cultural do estudante, como tipo de escola que ele frequentou sendo ela pública ou privada, elas somadas com cada indicador, suas pontuações e pesos classificam os estudantes nas categorias A,B,C ou D. Em muitas Universidades o meio de entrada dos auxílios são por editais, diferente da UFOP, onde o interesse para se entrar com pedido de bolsas é recorrente, menos o pedido de moradia que é feito todo semestre por edital, mas a documentação é a mesma para os outros auxílios (alimentação e permanência).

São documentos básicos de comprovação, pois através dela é que os assistentes sociais vão fazer o estudo socioeconômico, havendo alguma incompatibilidade e dúvida o estudante é convocado para uma entrevista para mais esclarecimentos e assim constatar a vulnerabilidade social e integrar o estudante ao plano. Uma alternativa que está sendo aplicada na UFOP para

facilitar o estudante novo a conhecer a assistência estudantil é esse contato no ato da matrícula, sendo ele cotista ou não, se ele tiver interesse vai encontrar ali mesmo o setor responsável (PRACE) e entender como ele funciona dentro da universidade, além de uma apresentação dentro das salas de aula de cada primeiro período que é o projeto *Bem-vindo Calouro* que surgiu como uma expectativa de integrar o estudante recém-chegado ao contexto universitário.

Como explicado nos capítulos I e II, os traços históricos marcam a política de educação superior em decorrência das transformações sociais e das diferentes reformas que as universidades vieram passando ao longo dos anos. Com as expansões através do REUNI, as universidades começaram a ganhar uma nova cara, ocorreram aberturas de ações afirmativas (cotas) chegando até 50% para estudantes de classes sociais mais baixas, levando em consideração que o aumento do número de vagas reservadas para essas cotas não foram acompanhadas por ações que respondam suficientemente as dificuldades enfrentadas pelos alunos na permanência destes dentro da instituição. Podemos problematizar essas reformas, pois essas propostas têm como objetivo principal a autonomia financeira, tirando a responsabilidade do Estado com universidades públicas.

Em decorrência, o papel dos assistentes sociais nesse âmbito começou a crescer, o que acarretou diversos desafios postos a esses profissionais do Serviço Social, necessitando de uma assistência estudantil capaz de suprir todas as necessidades postas a esse novo cenário, não bastando somente uma grande abertura de vagas, ela tem que vir acompanhada da garantia de que os estudantes irão concluir os cursos com os mesmos direitos que os outros, e assim evitando o grande número de evasões dentro da universidade. Dessa forma, o assistente social começa a ganhar um novo papel dentro da educação.

Tendo em vista a importância que a assistência estudantil atinge e as diversas problemáticas evidenciadas em torno da mesma, buscamos nessa pesquisa evidenciar a importância dela em torno dos desafios postos aos profissionais e estudantes dentro da Universidade Federal de Ouro Preto, e de como ambos os lados estão ligados. Os estudantes pontuam a dificuldade do acesso aos auxílios, e em contrapartida temos os novos desafios postos aos assistentes sociais nesse novo âmbito. Assim vamos inicialmente nos dedicar a explicitar os desafios vivenciados pelos estudantes e em seguida pelos

profissionais.

3.1-Desafios dos estudantes

Entrar em uma Universidade Pública há um tempo era privilégio de camadas sociais mais ricas, deixando uma parcela da população sem acesso à entrada nas universidades, com as constantes transformações que ocorreram no ensino superior brasileiro como investimentos em programas e ações que expandiram o acesso às universidades públicas e privadas. Alguns dos motivos era o vestibular tradicional onde alunos da rede pública não tinham tanto preparo quanto os de escolas particulares, pois a ineficiência das escolas públicas é alta e os vestibulares tradicionais contam com inscrições de alto custo.

Com o avanço das cotas chegando até 50 % nas Instituições e a entrada do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) como porta de acesso às Universidades facilitou a entrada, mas não a permanência. Um dos maiores desafios destes estudantes são os acessos às bolsas, que muitas vezes são limitadas ou muito burocráticas. Aumentou-se o número de vagas, mas não se aumentou os programas de permanências, deixando muitos alunos em situação de calamidades, levando até mesmo ao aumento de evasões.

[...] A expansão universitária, passou importante para a democratização do acesso, potencializou a insuficiência de mecanismos que garantam a permanência desses novos sujeitos nas IES. Isso porque não veio acompanhada de políticas de Assistência e Permanência Estudantil suficiente e eficiente. A consequência é que parte dos novos egressos enfrentam dificuldades às vezes intransponíveis para levar seus estudos adiante e viver plenamente a universidade. Enfrentando problemas como moradia, alimentação, transporte, suporte pedagógico e tecnológico, acompanhamento psicossocial, entre outros. Hoje, o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil), que inclusive foi uma conquista da UNE e dos estudantes em greve no Comando Nacional de Greve Estudantil, é insuficiente para garantir o financiamento pleno das políticas de manutenção dos estudantes, necessitando urgente dos 2 bilhões de financiamento. Além disso, é preciso democracia e transparência na construção e implementação do programa e de suas ações, criando instrumentos para que os estudantes participem ativamente das decisões acerca da assistência estudantil nas universidades. (WWW.UNE.GOV.BR).

A partir dos avanços das políticas de recorte social iremos ter um novo perfil de estudantes chegando às universidades, em suas particularidades estudantes com carências socioeconômicas, exigindo assim um novo desafio em relação à universidade, pois tais políticas não foram suficientes para transformar essa estrutura excludente e nada democrática dentro das instituições. O SISU pode atrair mais pessoas vindas de outras regiões, aumentando principalmente a demanda por moradia estudantil, levando em consideração que outros auxílios são fundamentais para uma boa graduação.

A assistência estudantil tem por finalidade prover recursos necessários aos estudantes de baixa condição socioeconômica para que possam desenvolver uma boa graduação e não precisar deixar a universidade. Um dos principais desafios dos estudantes é a forma de entrada desses auxílios, muitas vezes burocráticos, lembrando que cada caso é específico, nos dias de hoje as composições familiares são diversas.

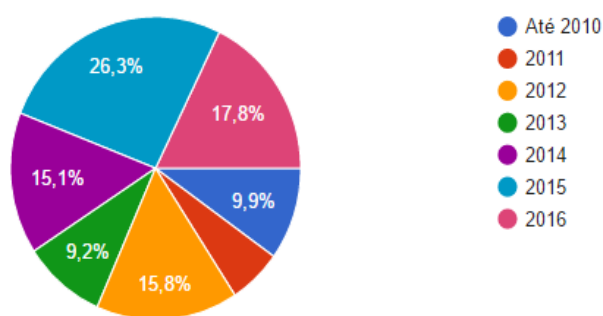
[...] A Universidade só será popular e transformadora, quando criarmos as condições necessárias para a permanência do novo perfil de estudante, dando as condições para que sejam protagonistas dessas transformações. Fazer isso é criar condições de financiamento, apoio pedagógico e psicossocial para usufruir e viver o cotidiano da vida universitária com um ensino de qualidade sócio referenciado, pesquisa com liberdade e autonomia orientada à emancipação e a um projeto progressista de nação, bem como Extensão para uma produção do conhecimento em conjunto com a população da cidade e do campo. Além disso, cultura, esporte e lazer para um aprendizado, integração e despertar de consciência crítica. Só assim nossos sonhos e utopias caberão no horizonte! (WWW.UNE.GOV.BR).

Com o objetivo de conhecer os desafios vivenciados pelos estudantes em relação à assistência estudantil, na UFOP foi aplicado um questionário online publicizado via redes sociais e com respostas anônimas. A coleta de dados ocorreu entre os dias 03 de março a 08 de março, e foram respondidos 152 questionários. O questionário (anexo 1) buscou evidenciar os desafios vivenciados e a concepção dos participantes sobre a assistência estudantil. Em relação ao perfil dos participantes na pesquisa, as respostas indicaram a participação principalmente pelo sexo feminino com 61,8% e apenas 38,2% do sexo masculino, a idade dos participantes varia entre 18 a 24 anos com 65,1% e 34,9% com idade entre 25 anos ou mais.

Com base no desenvolvimento deste questionário, foram feitas as seguintes perguntas:

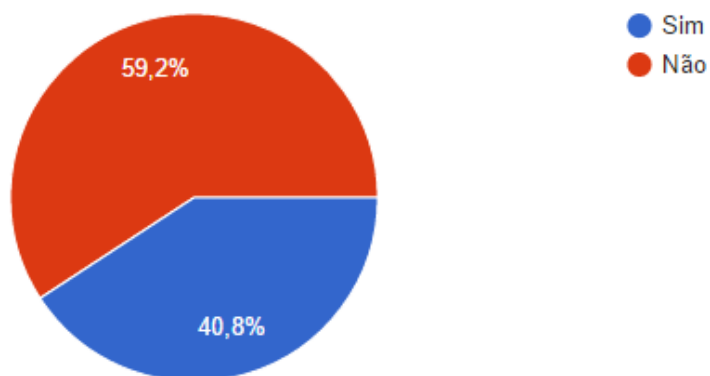
Em relação ao ano de ingresso na UFOP as respostas indicam:

GRÁFICO I - ANO DE INGRESSO



O gráfico explicita que os participantes da pesquisa se inseriram em anos diversos marcados pelas contrarreformas que explicitamos no capítulo I como a instituição do Reuni e das ações de assistência estudantil.

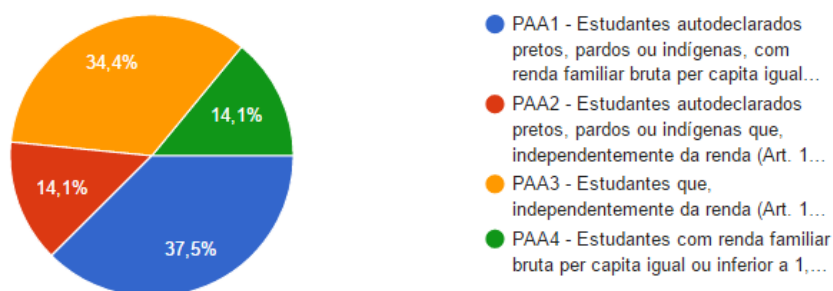
GRÁFICO II - INGRESSO POR COTA



Observa-se que no período de 2015, 26,3% dos estudantes ingressam na universidade. Destes, 59,2% não entraram pelo sistema de cotas, não sendo muito discrepante aos que vieram por cota, com 40,8%.

A educação superior se expandiu em um processo de ampliação de acesso à inclusão a partir de novas vagas com estímulo de políticas de ações afirmativas, chegando a 50% das vagas destinadas, dando uma nova cara às universidades, mas levando em conta que o aumento do número de vagas reservadas para ações afirmativas (cotas) não foram acompanhado de ações que responda suficientemente às dificuldades enfrentadas pelos alunos na permanência dentro da instituição, ou seja, as universidades brasileiras ganharam um novo perfil de estudantes, o que coloca a assistência estudantil como uma necessidade cada vez mais necessária, afirmando que não adianta expandir as vagas com ações afirmativas se não houver a garantia de que os estudantes de baixa renda vão terminar a universidade, e com boa qualidade.

GRÁFICO III- SE SIM, QUAL COTA:

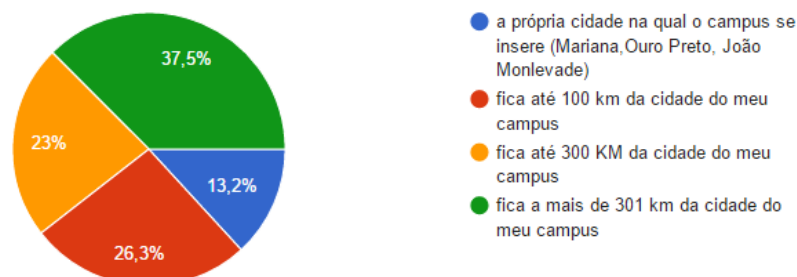


O gráfico III corresponde ao tipo de cota, apontando que 37,5% vieram pela modalidade PAA1. Estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos) salário mínimo, e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012), e 34,4% pela modalidade PAA3 (Estudantes que, independentemente da renda (Art. 14, II, Portaria Normativa MEC nº18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº12711/2012); Destacando então, que apenas passam pela

assistência estudantil enquanto matrícula, as modalidades PAA1 e PAA4 como forma de comprovação de renda.

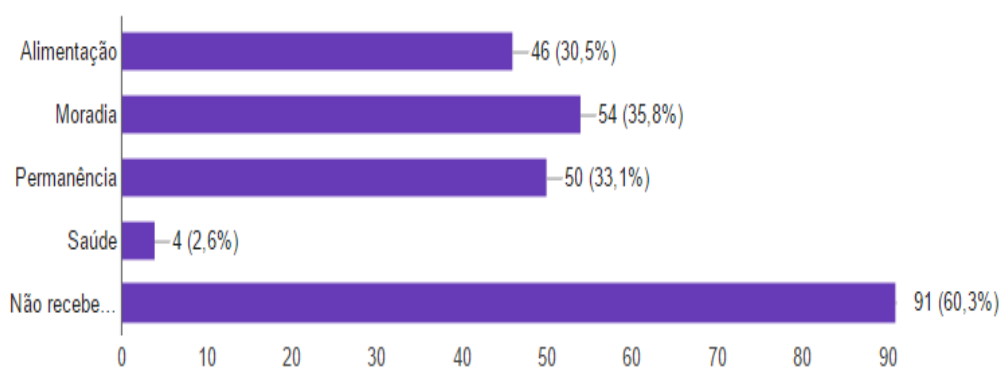
Observamos o gráfico com a cidade de origem:

GRÁFICO IV - A SUA CIDADE DE ORIGEM É:



Uma das alterações promovidas nos últimos anos pelo SISU, com a expansão, é que na sua modalidade o candidato pode ir para qualquer região, aumentando o fluxo de estudantes que não pertencem à cidade que escolheram para cursar uma universidade. Nesta pesquisa observa-se que a maioria dos participantes não pertence à região de Ouro Preto e Mariana onde se compõe os dois campus, os dados apontam que a maioria veio de regiões a mais de 301 km distante de casa.

GRÁFICO V - VOCÊ RECEBE ALGUM AUXÍLIO DA UFOP

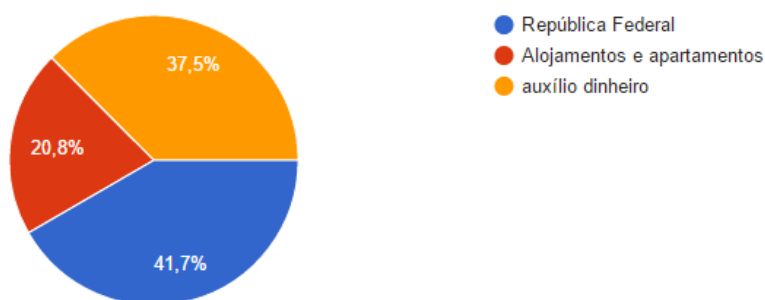


Observa-se a maior demanda dentro da UFOP com a pergunta “Qual auxílio recebe?”, percebe-se que as duas pesquisas se cruzam, tendo a maioria vinda de regiões distantes, demandando mais auxílios moradias, totalizando 35,8% dos entrevistados.

A grande parte dos entrevistados na verdade não recebe nenhum benefício da assistência estudantil, mas entre os que recebem, as moradias aparecem com maior porcentagem.

No que tange ao tipo de moradia:

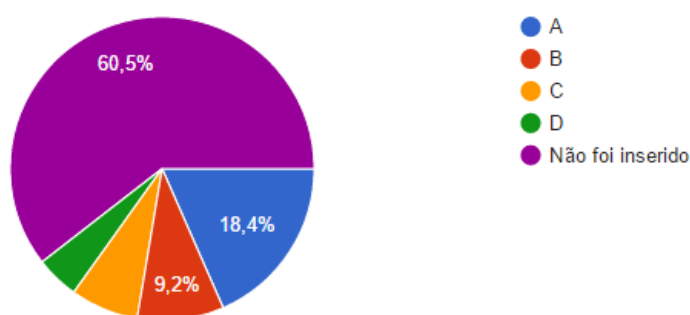
GRÁFICO VI - QUAL TIPO DE AUXÍLIO MORADIA



Conforme explicitado no capítulo II, a UFOP oferece três tipos de auxílio moradia, somente no campo de João Monlevade, é ofertado o auxílio moradia com dinheiro, já no campus de Ouro Preto e Mariana existem os alojamentos\apartamentos e as repúblicas federais. Os acessos aos alojamentos e apartamentos são por critérios socioeconômicos, já nas repúblicas federais há um sistema de “batalha”, o estilo de batalha é decidido por cada república, o que torna por muitas vezes o sistema injusto e excludente. A existência desse sistema que não é o previsto pelo Plano de Assistência Estudantil pautado por critérios socioeconômicos, pode representar uma ausência da UFOP na garantia do direito à permanência na universidade, principalmente porque os imóveis destinados às Repúblicas Federais são de propriedade da Instituição, e portanto, patrimônio público.

Já no campus de Mariana, tanto as repúblicas quanto os alojamentos\apartamentos são por critérios socioeconômicos. Dos 54 entrevistados, 35,8% pertencem às moradias, sendo elas 41,7% em repúblicas federais. A pesquisa aponta que 60,5 % dos participantes não estão incluídos em nenhum auxílio ofertado pela universidade. Logo abaixo observamos a mesma resposta de que a maioria não é beneficiada, a categoria A ficou ainda com uma pontuação baixa, apenas 18,4% estão inseridos, enquanto categoria B com 9,2%. Observamos o gráfico:

GRÁFICO VII- EM QUAL CATEGORIA VOCÊ FOI INSERIDO?



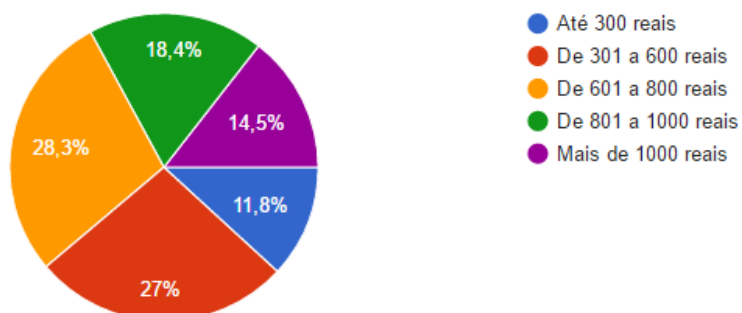
Destacando a resposta de um dos estudantes em relação às repúblicas federais:

Vou deixar uma observação aqui, repúblicas federais se encaixa como auxílio? Não é UFOP que decide quem entra, o critério de entrada não é o mais adequado para uma moradia pública, na verdade para nenhum tipo de moradia. As regras que são estabelecidas para esse tipo de moradia e diferente das outras.

A pesquisa buscou identificar o custo necessário dos estudantes para poder se manter dentro da universidade. Segundo os participantes, 28,3% se mantém com 601 reais a 800 reais, em seguida com 27%, um custo de 301 reais a 600 reais, e 11,8% se mantém com 300 reais, e apenas 14,5% tem um custo com mais de 1000 reais. Lembrando que a bolsa permanência ofertada dentro da instituição

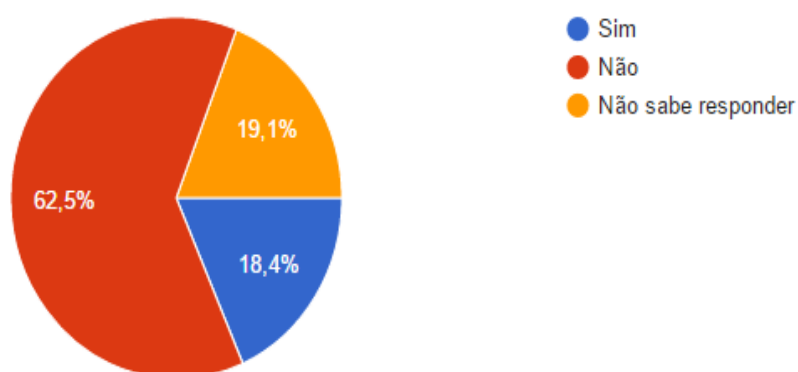
é no valor máximo de 300 reais, ou seja, aqueles que são categoria A, como mostra o gráfico a seguir:

GRÁFICO VIII-QUALO SEU GASTO MENSAL PARA SE MANTER NA UNIVERSIDADE?



Em consequência foi perguntado se as bolsas da universidade seriam suficientes para a sobrevivência do estudante, 62,5 % responderam que NÃO, e apenas 18,4% afirmaram que sim.

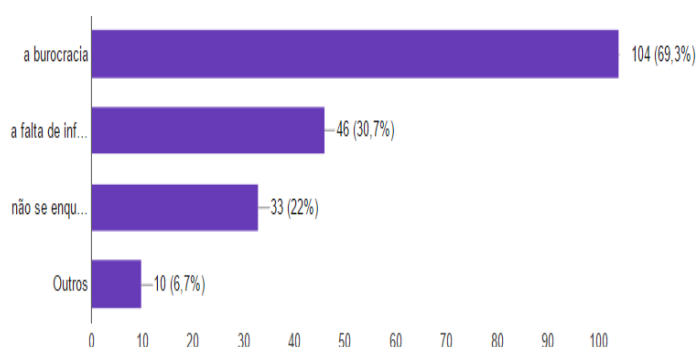
GRÁFICO IX-EM SUA OPINIÃO AS BOLSAS SÃO SUFICIENTES PARA A SOBREVIVÊNCIA DO ESTUDANTE?



Destacamos que há alguns anos não ocorre aumento nos valores das bolsas ofertadas pela assistência estudantil e tendo em vista os índices inflacionários e o contexto de vida dos estudantes já apontado anteriormente, compreendemos que a análise do orçamento destinado à assistência estudantil se mostra extremamente necessária.

Buscamos questionar qual é o maior desafio para os estudantes para acessar as ações do plano de assistência estudantil, a pesquisa apontou que 69,3% correspondendo a 104 estudantes, responderam que o maior desafio é a burocracia e 30,7% entre os 46 que responderam, apontaram que é a falta de informação, e 22% responderam que não se enquadram, como mostra o gráfico a seguir:

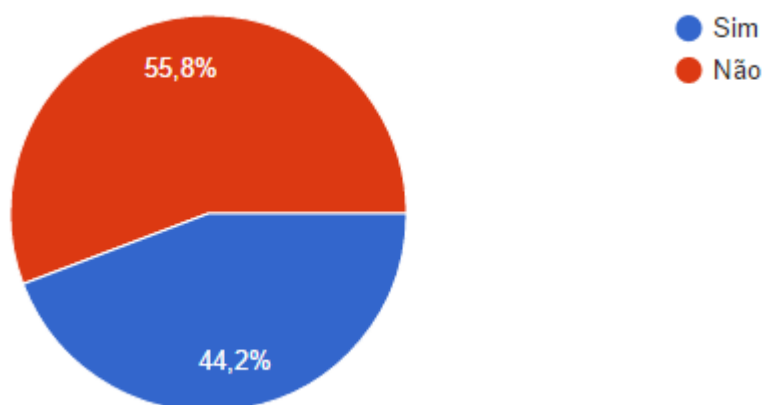
GRÁFICO X- EM SUA OPINIÃO QUAL O MAIOR DESAFIO PARA A ENTRADA NOS PROGRAMAS DE AUXILIO DA UNIVERSIDADE?



Quando questionado se a Universidade atingia os estudantes de baixa renda, 64,7% responderam que SIM, que a UFOP conseguia de alguma maneira englobar esses estudantes.

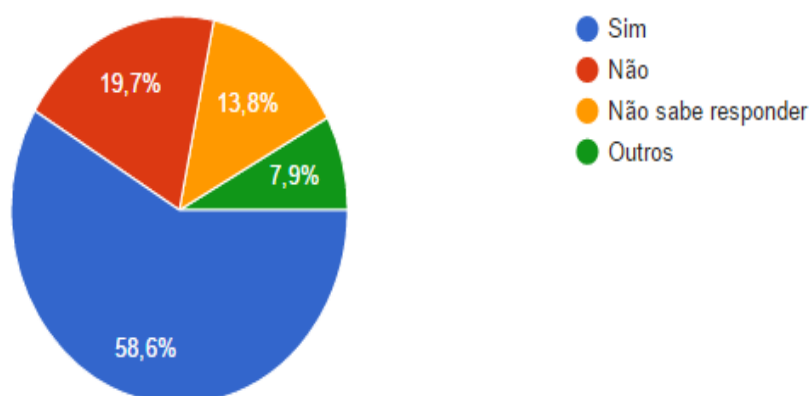
Apesar dos alunos entenderem que a assistência estudantil atinge os estudantes de baixa renda, as maiorias dos participantes também indicaram que as ações ofertadas não correspondem às necessidades dos estudantes, foi respondido que 55,8% não acreditam que a universidade consiga suprir todas as necessidades.

GRÁFICO XI-EM SUA OPINIÃO A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL CORRESPONDE ÀS SUAS NECESSIDADES.



Quando perguntado se na opinião dos estudantes era dever da universidade manter os estudantes, 58,6% responderam que SIM, e apenas 19,7% acreditam não ser uma responsabilidade da instituição.

GRÁFICO XII- EM SUA OPINIÃO É DEVER DA UNIVERSIDADE MANTER OS ESTUDANTES?



Em uma das questões, foi abordada se: **A Assistência Estudantil era considerada um direito do estudante?** Foram 116 respostas, entre elas apenas 4 disseram que NÃO, os outros 112 disseram que SIM.

Foram destacadas algumas respostas por compreendermos a importância das mesmas:

Resposta 1: “Embora eu mesma esteja passando por muitos problemas financeiros, problemas seríssimos inclusive, até penso em trancar a matrícula para me estabilizar economicamente, eu acredito sim ser um direito meu e estou o buscando de todas as maneiras”.

Resposta 2: “Possuo renda proveniente de um emprego e no meu caso não teria direito a qualquer auxílio. Contudo, conheço inúmeros casos de alunos carentes que não conseguem ter acesso a qualquer tipo de ajuda. Fica a reflexão se o método de seleção é realmente eficaz”.

Resposta 3: “Com certeza. Além de ajudar na formação essa renda que a universidade disponibilizará é apenas revertida da quantidade de impostos que pagamos o que falta é uma boa distribuição de quantias”.

Resposta 4: “Sim, a Assistência Estudantil é um direito de todos, mas devemos levar em conta se realmente precisamos dos benefícios que a instituição oferece, pois na maioria das vezes vemos pessoas que não precisam recebendo e outros que precisam muito recebendo quase nada ou nem recebendo devido a certos problemas burocráticos”.

Resposta 5: “Sim, necessito para auxílio de transporte, porém não obtenho resposta e nem sei se semestre que vem irei continuar estudando por falta de renda”.

Resposta 6: “Sim. Temos uma disparidade social enorme na universidade (no Brasil como um todo) e com as políticas de afirmações, que facilitaram o

acesso de alunos de baixa renda, a universidade deve rever seu plano de assistência estudantil e adequá-lo à nova realidade”.

Resposta 7: “Não considero como direito, mas como o próprio nome diz, auxílio”.

Resposta 8: “Não, é uma facilidade que a Universidade nos oferece”.

Resposta 9: “No âmbito de um país que há vários tipos de auxílio, claro que auxílio ao ensino superior se torna indispensável”.

As respostas dos estudantes indicam que em maioria eles compreendem a assistência estudantil como um direito, porém reafirmam os desafios indicados nas respostas anteriores relacionadas às dificuldades burocráticas e ao desconhecimento próprio dos alunos. Em nosso segundo capítulo discutimos a forma de acesso à assistência estudantil na UFOP e o CPAE. A própria vivência no estágio possibilitou identificar o desconhecimento dos estudantes acerca do próprio edital e também o desconhecimento de formas de adquirir os documentos. Acreditamos que em relação a essa questão seria importante investir em formas de publicitação dessas informações para realmente assegurar a permanência e o acesso dos estudantes.

Foi perguntado se: **Na opinião dos estudantes, qual deveria ser o auxílio que a UFOP não possui, mas que seria uma necessidade para garantir a permanência dos estudantes?** Foram 83 respostas, entre elas, 29 disseram que deveria ser o transporte, até o ano 2015 a UFOP possuía o auxílio transporte, porém, dada a tendência de regressão nos recursos públicos para a educação pública este auxílio foi extinto.

Segue alguns trechos dos entrevistados:

Resposta 1: “Acredito que possua os auxílios necessários, porém, provavelmente devido à falta de recursos, os valores ofertados não suprem nossas necessidades básicas, como aluguel e alimentação, levando em consideração o alto custo de vida em Ouro Preto”.

Resposta 2: “Bolsa Xerox. Seria interessante, pois, ainda que o estudante receba a bolsa permanência e more em uma moradia estudantil, o custo de vida em Ouro Preto e Mariana é bem alto, ainda mais em comparação ao valor do auxílio em dinheiro que os estudantes recebem”.

Resposta 3: “Acredito que se todas as repúblicas federais da universidade fossem de ingresso por critério socioeconômico seria uma das alternativas para evitar a evasão e claro, muitos abusos”.

Resposta 4: “Creio que não seja a falta de auxílio, mas sim o valor estipulado. Não se pode manter uma bolsa com o mesmo preço de cinco anos atrás, sendo que a economia mudou e tudo está mais caro”.

Resposta 5: “Bolsa alimentação nos finais de semana”.

Resposta 6: “As tão famosas repúblicas federais, elas necessitam de mais vistoria eu passei por duas até ver e entender a barbaridade que é estar ali, como sou de baixíssima renda e só posso contar com o auxílio da Universidade está sendo muito complicado me desprender de um lugar que deveria ser direito meu morar ali, mas não posso porque não me enquadro aos "padrões" estipulados sabe se lápor quem, e eu só deixei minha casa, minha família pra vir buscar meu sonho e estudar, não deveria ser tão burocrática em se tratando de uma instituição de ensino PÚBLICO”.

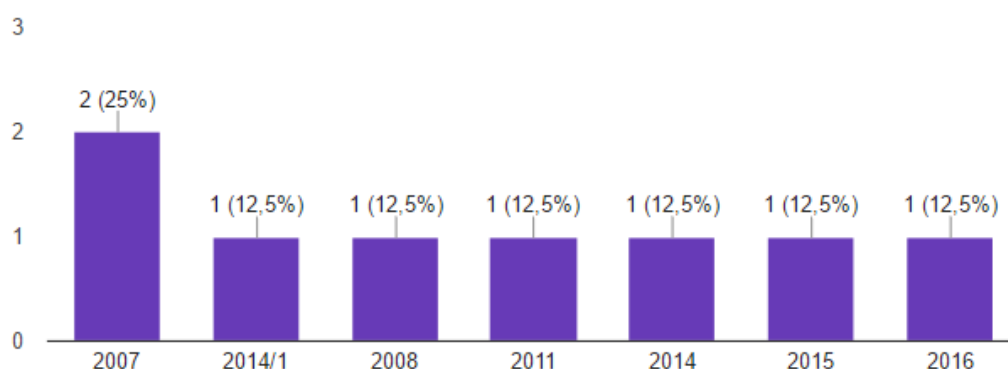
As respostas mais uma vez indicam a problemática que o acesso às repúblicas federais representa, e também a desatualização no valor e a necessidade de outros auxílios que garantam a formação de qualidade. As falas também indicam em alguma medida que os alunos conseguem fazer a relação da precarização da assistência estudantil vivenciada na UFOP com o desmonte da educação pública que já vem ocorrendo. A compreensão da assistência estudantil no contexto mais amplo da contrarreforma dirigida à educação nos parece fundamental já que essa não é uma questão particular da UFOP.

Tendo como compreensão que a democratização das universidades não se efetivará apenas com o acesso à educação superior gratuita, entende-se que o plano de assistência estudantil é indissociável do processo de garantia de direito à educação, sendo necessária a criação de mecanismos que vão garantir a permanência do estudante dentro da instituição, para que o mesmo possa concluir o curso com resultados satisfatórios, viabilizando assim reduzir os efeitos das desigualdades apresentadas por estudantes provenientes de segmentos sociais mais baixos que apresentam dificuldades para a conclusão do curso com sucesso.

3.2-Desafio dos Assistentes Sociais

As respostas mais uma vez indicam a problemática que o acesso às repúblicas federais representa, e também a desatualização no valor e a necessidade de outros auxílios que garantam a formação de qualidade. As falas também indicam em alguma medida que os alunos conseguem fazer a relação da precarização da assistência estudantil vivenciada na UFOP com o desmonte da educação pública que já vem ocorrendo. A compreensão da assistência estudantil no contexto mais amplo da contrarreforma dirigida à educação nos parece fundamental já que essa não é uma questão particular da UFOP.

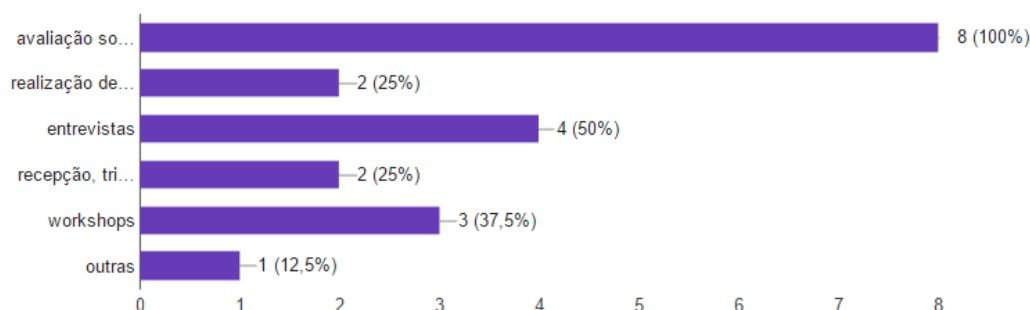
Inicialmente, buscamos traçar um perfil das participantes da pesquisa. De acordo com os resultados obtidos, 75 % dos profissionais são formados na modalidade presencial, 25% na modalidade privado presencial, e nenhum na modalidade EAD. Em relação ao ano de formação, conforme o gráfico abaixo, todos são formados nos últimos 10 anos:

GRÁFICO XIII- ANO DE FORMAÇÃO

Em seguida foi perguntado há quanto tempo se atuava na assistência estudantil, a pesquisa aponta que a maioria trabalhou a mais de três anos na área, sendo que alguns atuam ou atuaram em contratos temporários.

Conforme explicitamos no capítulo II, os assistentes sociais têm-se inserido amplamente na política de educação, demandados principalmente para atuar na assistência estudantil, e essa atuação tem sido permeada por diversas problemáticas. Assim, com o objetivo de compreender os desafios postos aos profissionais, realizamos algumas questões relacionadas ao processo de trabalho. Inicialmente, foi pedido aos participantes que enumerasse as demandas do trabalho do Assistente Social em ordem crescente, ou seja, 1 para aquele que maior demanda, e assim consequentemente.

GRÁFICO XIV-NO TRABALHO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ENUMERE AS DEMANDAS AO TRABALHO DO AS EM ORDEM CRECENTE (OU SEJA 1 PARA AQUELA QUE É A MAIOR DEMANDA E ASSIM CONSEQUENTEMENTE)



Observa-se que na assistência estudantil a maior demanda para os assistentes sociais é a avaliação socioeconômica, com 100%, vindo em segundo lugar, com 50%, a realização de entrevistas, como uma das maiores demandas. Quando perguntado se era apenas dever do assistente social fazer as avaliações, 100% disseram que SIM, que é função apenas do profissional.

A avaliação socioeconômica não está prevista na lei de regulamentação como uma atribuição privativa do assistente social. A lei 8662\93 traz em seu artigo: Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social das quais destacamos os seguintes artigos:

I-coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas. (LEI Nº 8662/93, art. 5º).

Conforme a Lei indica em seus incisos I e IV, é privativo do Assistente Social elaborar, executar, supervisionar programas da área de serviço social e ainda elaborar documentos como pareceres, laudos e estudos em matéria de

Serviço Social a partir do que está definido como atribuição privativa é importante refletirmos sobre os estudos socioeconômicos.

De acordo com o Artigo 4º da Lei 8662/93 que regulamenta a profissão é competência do assistente social: “realizar estudos socioeconômicos com usuários para fins de benefício e serviço sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” (Lei 8662/93).

Concordamos com as análises de Silveira (2012):

Este processo seletivo, apesar de não ser atribuição privativa do assistente social, e sim uma competência profissional, tem como principal agente executor o profissional de Serviço Social que realiza uma análise socioeconômica. Estas são realizadas a partir de análise documental, e de documentações solicitadas aos acadêmicos, que comprovem a sua situação. Devido à sobrecarga de trabalho e curtos prazos para realização destes procedimentos, muitas vezes o assistente social não consegue efetivar a realização de entrevistas e visitas domiciliares, utilizando como critério principal para a realização da escolha, a análise documental e a classificação socioeconômica, a partir do cálculo da renda per capita familiar. (SILVEIRA, 2012, p. 118).

É inegável que a profissão desenvolveu a competência na elaboração dos estudos socioeconômicos, porém, é necessário realizar algumas reflexões como qual tem sido a finalidade desses estudos. Qual tem sido o objeto desses estudos? Os estudos são pautados por uma avaliação eminentemente econômica?

O PNAES é o programa de governo que regulamenta o plano de ação, que é o Decreto nº. 7.234 de 2010, assim, as maiores lutas do FONAPRACE é que o plano de assistência estudantil seja regulamentado por Lei Federal e possa se tornar uma política pública e não somente um programa. O que fica difícil de atribuir somente a uma categoria profissional, podendo impedir o profissional de dar conta de outras demandas dos estudantes que são usuários dessa política dentro da instituição, o que acaba se tornando um desafio de ambas as partes.

Assim entendemos ser complexo o que fica difícil de atribuir somente a uma categoria profissional, a responsabilidade dos estudos socioeconômicos podendo impedir o profissional de dar conta de outras demandas dos estudantes

que são usuários dessa política dentro da instituição, o que acaba se tornando um desafio de ambas as partes.

Quando perguntado se: **Possuem as condições éticas e técnicas para desenvolver seu trabalho dentro da assistência estudantil?** 100% responderam que possuem todas as condições para desenvolver seu trabalho dentro da UFOP. Em seguida foi perguntada sobre: **A opinião da relação do quantitativo de estudantes e o quantitativo de profissionais que atuam na assistência estudantil.** A maioria dos participantes aponta que o número de profissionais é insuficiente, ainda que o número de concursados deva ser maior. Foram destacadas algumas respostas referentes às duas perguntas:

Resposta A: “Insuficiente, considerando todas as atribuições e atividades desenvolvidas no âmbito da assistência estudantil”.

Resposta B: “No que se refere à área de avaliação socioeconômica a equipe técnica não é suficiente para atender as demandas de forma ágil, tendo como expectativa de aguardo o prazo máximo de 60 dias para a realização de uma avaliação socioeconômica”.

Resposta C: “Há falta de profissionais concursados para a área, fazendo com que ele atue apenas na parte da avaliação socioeconômica e deixando as outras áreas de lado”.

Resposta D: “A demanda pelo serviço da Assistência Estudantil é crescente, ao contrário do número de profissionais para receber os estudantes. O profissional do Serviço Social trabalha com uma sobrecarga de processos socioeconômicos”.

Nas respostas dos profissionais, muitos apontam vários desafios dos assistentes sociais hoje na assistência estudantil, sendo importante destacar que eles apontam preocupações com os alunos, e a compreensão com a vida deles dentro da universidade, mostrando a consciência do Assistente Social sobre os

problemas da assistência estudantil, que ultrapassam as possibilidades do trabalho dos mesmos, ou seja, dependendo de uma série de fatores externos.

Como já evidenciado, o número de profissionais não está correspondendo ao número de alunos usuários da assistência estudantil, com a falta de profissionais para suprir essa nova demanda, o Assistente Social acaba trabalhando a maior parte do tempo com avaliação socioeconômica o que acaba por sobrecarregar o assistente social.

Foram questionados também aos profissionais de assistência social, sobre a opinião deles em relação: **Qual deveria ser o maior desafio para a criação de uma política de assistência estudantil na atualidade?** Algumas falas pontuaram que é necessário que o plano nacional de assistência estudantil passe a ser uma política pública regulamentada por lei, pois é necessário neste novo cenário posto à educação, como já explicado nos capítulos anteriores. Outro ponto de destaque nas falas foi o desinteresse por parte do Estado, onde este acaba não sendo o responsável pelos estudantes dentro das universidades, dificultando assim o trabalho dos assistentes sociais dentro das universidades, tornando dessa forma necessário o aumento de recursos destinados à educação no ensino superior.

Foram destacadas algumas dessas falas:

Fala A: “A falta de compromisso por parte do poder público com a oferta de serviços de qualidade, a escassez de recursos investidos, a desvalorização da educação como ferramenta de emancipação”.

Fala B: “A consolidação da Assistência Estudantil como política pública e não apenas como programa de governo. Atualmente ainda é regulamentada apenas pelo N° 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010. A manutenção e expansão do aporte financeiro por parte do Governo Federal, pois a partir de 2016 50% dos ingressantes das IFES são cotistas. Melhorias na estrutura física e em práticas de gestão e fluxo de trabalho das IFES considerando necessidades no que tange à melhoria da acessibilidade e respeito à diversidade”.

Fala C: “Seria a falta de recursos financeiros, os recursos estão sendo reduzidos a cada ano. Em contrapartida tem um número cada vez maior de estudantes que recebem bolsas da assistência estudantil”.

Fala D: “O maior desafio seria a efetivação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES em LEI, para que o programa não seja finalizado a qualquer tempo, já que este ainda é disposto enquanto um programa de governo e não de Estado”.

A fala dos profissionais relata sobre a importância do plano de assistência estudantil se transformar em uma política pública, para assegurar que este não acabe a qualquer momento, sendo que ele ainda é um programa de governo e não de Estado, além de relatarem que os recursos financeiros estão se reduzindo a cada ano, o que irá dificultar cada vez mais a permanência dos estudantes dentro das universidades públicas.

CONCLUSÃO

A caminhada empreendida em torno do tema do Plano de Assistência Estudantil e a efetivação de direitos para os alunos que ingressam nas instituições de ensino superior na Universidade Federal de Ouro Preto permitiu alcançar um ponto de chegada, expresso ao longo dos capítulos deste trabalho que sinalizam algumas tendências conclusivas. Portanto, a síntese que se busca construir neste momento é provisória e pode, também, servir como um ponto de partida para outros estudos, intervenções e olhares.

As políticas de educação superior que são implementadas pelos governos brasileiros estão relacionadas à estratégia de inserção da economia mundial orientadas pelos organismos internacionais (FMI e BM), os quais determinam um conjunto de medidas que impacta nas restrições orçamentárias das IFES, ao ponto dessas instituições se adequarem às novas condições e buscarem meios alternativos de financiamento.

Ao longo do trabalho foi possível compreender os desafios postos à assistência estudantil a partir da perspectiva dos estudantes e dos profissionais, onde não há um desafio somente para uma das partes. Pode-se observar que os assistentes sociais nas universidades acabam ficando sobrecarregados apenas com as avaliações socioeconômicas, sendo, muitas das vezes, o tempo estipulado curto demais para a grande demanda de estudantes. Assim, o profissional acaba tendo que deixar outras atividades para concentrar-se nas avaliações socioeconômicas, sendo que não seria um trabalho privativo do profissional de serviço social, mas sim uma competência a ser desenvolvida junto a outras áreas. Evidenciou-se também que um desafio colocado aos profissionais de serviço social era o plano de assistência estudantil não ser uma política, podendo acabar a qualquer momento.

Por vezes, a burocracia estipulada leva ao não entendimento por parte de alguns estudantes sobre os elementos da documentação, acaba trazendo um desafio. Desta forma, essa pesquisa buscou concentrar várias informações de mostrar que, de fato, os dois lados (estudantes e profissionais) se cruzam. Como já mencionado, não adianta somente a expansão das vagas na Universidade é necessário também à garantia de que os estudantes irão concluir o curso com os

mesmos direitos dos não cotistas. Mais uma vez percebe-se aqui uma inserção de exclusão, onde o governo abre a expansão de ações afirmativas, mas não observa a situação do estudante dentro da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. *A educação como direito social e a inserção dos Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais*. Cartilha: O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Minas Gerais, 2005.

ANDRÉS, Aparecida. *O programa universidade para todos (Prouni): estudo*. Brasília: Câmara de Deputados, 2008.

CISLAGHI, J. F. *Financiamento do ensino superior no Brasil: novos e antigos mecanismos de privatização do fundo público*. Financeirização, fundo público e política social. Evilasio Salvador, Ivanete Boschetti, Elaine Behring, Sara Granemann. São Paulo: Cortez, 2012. p. 261.

CHESNAIS, F. *Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica*. In: (Coord.) *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1999.

CONSTANTINO, J. A. *Educação e serviço social: um estudo sobre o exercício profissional do/a assistente social nos programas de assistência estudantil das universidades federais de Pernambuco*. 2015. 207 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco. 2015.

DAMASCENO, H. J. *Serviço Social na Educação: A Intersetorialidade no Exercício Profissional do Assistente Social no IFBA*. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pró- Reitoria de Pós- Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2013.

DURHAM, E. R.. *A Política Educacional do Governo Fernando Henrique Cardoso: Uma Visão Comparada*. *Novos Estudos*– CEBRAP. n..88, 2010.

LEHER, R. *Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo*. São Paulo, n.1,p.19-30, out.1999.

LIMA, K. R. S. (UFF). *O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século*. Espaço temáticos políticos sociais e questões contemporâneas. Scielo, 2011.

MEZÁROS, István. *A Educação Para Além do capital, 1930*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. OU NETTO, José Paulo. *Transformações societárias e serviço social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil* in: *Revista Serviço Social e Sociedadenº 50- Ano XVI*. São Paulo: Cortez, 1996.

ORSO, P. J. *A criação da universidade e o projeto burguês de educação no Brasil*. In: ORSO, Paulino José (Org.) *Educação, sociedade de classes e reformas universitárias*. Campinas, 2007; p. 120.

OTRANTO, Celia Regina (UFRRJ), *A Reforma da educação superior do governo Lula da Silva: da inspiração à implantação*. out/2006. Caxambu/MG. Texto

publicado no livro Reforma Universitária: dimensões e perspectivas; organizado por João dos Reis Silva Jr, João Ferreira de Oliveira e Deise Mancebo. Campinas, SP. Editora Alínea, 2006, p. 43-58.

QUEIROZ, F. C. B. P. et. al. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado*. Rio de Janeiro, 2013, v. 21, n. 79, p. 349-370.

SILVEIRA, M. M. *A Assistência Estudantil na Educação Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras*. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul. 2012.

SOARES, M. S. A. (Org); OLIVEN, A.C. (Org); MARTINS, C.B. (Org); NEVES, C.E.B.(Org); LEITE, D. (Org); SCHWARTZMANN, J. (Org); COSTAS, J. M. M (Org); ACCORSI, M. B. (Org); FRANCO, M. E. D. P. (Org); TRIGUEIRO, M. (Org). *Educação Superior no Brasil*: CAPES, 2002. V.3000, p. 304.

Sites da Internet pesquisados e citados

ANDIFES. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>>. Acesso em: 04 de mar 2017.

BM. Documento estratégico do Banco Mundial. *A educação na América Latina e Caribe*. 1999. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 08 de fev. 2017.

Conselho Regional de Serviço Social. Disponível em: <<http://www.cressrs.org.br>>. Acesso em: 04 de mar. 2017.

CRESS. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br>>. Acesso em: 15 de mar. 2017.

FONAPRACE Disponível em: <<http://www.fonaprace.andifes.org.br>>. Acesso em: 04 de mar. 2017.

INFOESCOLA. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/educacao/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao> >. Acesso em: 04 de mar. 2017.

Ministério da Educação. Disponível em:< <http://www.mec.gov.br> >. Acesso em: 04 de mar. 2017.

PNAES. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes>>. Acesso em: 14 de mar. 2017.

Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: <<http://www.ufop.br/historia-da-ufop>>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

UNE. Disponível em: <<http://www.une.gov.br>>.

WORLDBANK. *Construir sociedades de conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciaria*. 2002.

Disponível em:

<<http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/278200-10990877269/547664-1099079956815/CKS-spanish.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

ANEXO I - Pesquisa Estudantes

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa sobre os Desafios da Política de Assistência Estudantil no Universo da Educação Superior que compõe o trabalho de conclusão de curso de Maria Claudia Bueno Ayres discente do curso de serviço social da UFOP. A pesquisa tem por objetivo identificar os desafios postos aos profissionais de Serviço Social à Assistência Estudantil dentro da Universidade Federal de Ouro Preto. Caso você aceite participar você irá responder um questionário com questões abertas e fechadas cujo tempo estimado é de 3 minutos. Sua participação é de extrema importância e você é livre para decidir participar bem como para desistir da participação. Você não será identificado em tempo algum da pesquisa e ao final do período de coleta de dados os questionários serão codificados por números. Caso você aceite participar basta preencher o formulário no link abaixo.

Pergunta 1- Idade

- Até 17 anos
- de 18 a 24 anos
- 25 anos ou mais

2- Sexo

- feminino
- Masculino

3- A sua cidade de origem é:

- a própria cidade na qual o campus se insere (Mariana, Ouro Preto, João Monlevade)
- fica até 100 km da cidade do meu campus
- fica até 300 KM da cidade do meu campus
- fica a mais de 301 km da cidade do meu campus

4- Ano de ingresso

- Até 2010
- 2011
- 2012
- 2013
- 2014
- 2015
- 201

5-Ingresso por cota

- Sim
- Não

6-Se sim, qual cota:

- PAA1 - Estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos)salário mínimo, e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012);
- PAA2 - Estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (Art. 14, II, Portaria Normativa MEC nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012);
- PAA3 - Estudantes que, independentemente da renda (Art. 14, II, Portaria Normativa MEC nº18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº12.711/2012);
- PAA4 - Estudantes com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos) salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012);

7-Curso

- Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Minas, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Geológica, Engenharia Mecânica, Engenharia Metalúrgica, Engenharia Ambiental, Física, Matemática, Estatística, Química Industrial, Química, Sistema de Informação;
- Ciência e Tecnologia dos Alimentos, Educação Física, Farmácia, Medicina, Nutrição, Ciências Biológicas;
- Direito, Serviço Social, Jornalismo, Turismo, Artes Cênicas, História, Pedagogia, Museologia, Filosofia, Música;
- Letras, Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência Econômicas, Ciências da Computação.

8-Você recebe algum auxílio da Ufop

- Moradia
- Alimentação
- Moradia
- Permanência
- Saúde
- Não recebe nenhum auxílio

9-Qual tipo de auxílio moradia

- República Federal
- Alojamentos e apartamentos
- Auxílio-dinheiro

10-Qual o seu gasto mensal para se manter na Universidade?

- Até 300 reais
- De 301 a 600 reais
- De 601 a 800 reais
- De 801 a 1000 reais
- Mais de 1000 reais

11-Em qual categoria você foi inserido?

- A
- B
- C
- D
- Não foi inserido

12-Em sua opinião qual o maior desafio para a entrada nos programas de auxílio da Universidade?

- a burocracia
- a falta de informação
- não se enquadra nos critérios
- Outros

13-Se sua resposta for outros:

- Sua resposta
-

14-Em sua opinião a UFOP atinge os estudantes de baixa renda?

- Sim
- Não

15-Em sua opinião a Assistência estudantil corresponde às suas necessidades

- Sim
- Não

16-Em sua opinião as bolsas da Universidade são suficientes para a sobrevivência do estudante? *

- Sim
- Não
- Não sabe responder

17-Em sua opinião é dever da Universidade manter os estudantes?

- Sim
- Não
- Não sabe responder
- Outro

18-Em sua opinião a Assistência Estudantil é um direito seu?

- Sua resposta

19-Em sua opinião qual auxílio a UFOP não possui atualmente, mas seria uma necessidade para garantir a permanência dos estudantes?

- Sua resposta

ANEXO II – Pesquisa Profissionais

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa sobre os Desafios da Política de Assistência Estudantil no Universo da Educação Superior que compõe o trabalho de conclusão de curso de Maria Claudia Bueno Ayres discente do curso de serviço social da UFOP. A pesquisa tem por objetivo identificar os desafios postos aos profissionais de Serviço Social à Assistência Estudantil dentro da Universidade Federal de Ouro Preto. Caso você aceite participar você irá responder um questionário com questões abertas e fechadas cujo tempo estimado é de 3 minutos. Sua participação é de extrema importância e você é livre para decidir participar bem como para desistir da participação. Você não será identificado em tempo algum da pesquisa e ao final do período de coleta de dados os questionários serão codificados por números. Caso você aceite participar basta preencher o formulário no link abaixo:

1-Local de formação:

- Público presencial
- Privado presencial
- EAD

2-Ano de formação:

- Sua resposta

3-Há quanto você atua na assistência estudantil?

- Sua resposta

4-No trabalho na assistência estudantil enumere as demandas ao trabalho do AS em ordem crescente (ou seja 1 para aquela que é a maior demanda e assim consequentemente)

- avaliação socioeconômica
- realização de grupos
- entrevistas
- recepção, triagem
- workshops
- outras

5-Caso tenha respondido outras:

- Sua resposta

6-Em sua opinião, Qual o maior desafio como profissional na Assistência estudantil?

- Sua resposta

7-Em sua opinião, É dever apenas do Assistente Social fazer a avaliação socioeconômica?

- Sim
- Não

8-Em sua opinião você possui as condições éticas e técnicas para desenvolver seu trabalho na assistência estudantil?

- Sim
- Não

9-Qual a sua opinião sobre a relação do quantitativo de estudantes e o quantitativo de profissionais que atuam na assistência estudantil?

- Sua resposta

10-Em sua opinião qual o maior desafio para a criação de uma política de assistência estudantil na atualidade?

- Sua resposta